ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Alteração do Auditor.	3

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

VALORES MOBILIÁRIOS			
Mercado	Entidade Administradora	Início Relac.	Fim Relac.
Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	23/01/2001	
Segmento		Início Neg.	Fim Neg.
Tradicional		17/12/2001	

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:					
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S					
CPF / CNPJ:	61.366.936/0001-25	Código CVM:	00471-5	Tipo:	Juridica
Responsável Técnico					
Início contratação serviço:	10/02/2011	Fim contratação serviço:	31/05/2012		
Nome:	Paulo José Machado	CPF/CNPJ:	014.319.648-08		
Início:	10/02/2011	Fim:	31/05/2012		

Nome / Razão Social Auditor:					
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes					
CPF / CNPJ:	61.562.112/0002-01	Código CVM:	00287-9	Tipo:	Juridica
Responsável Técnico					
Início contratação serviço:	11/07/2012	Fim contratação serviço:			
Nome:	Guilherme Naves Valle	CPF/CNPJ:	541.991.586-34		
Início:	11/07/2012	Fim:			

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	Banco do Brasil S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
ERIK DA COSTA BREYER	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	ERIK DA COSTA BREYER	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	4º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	2º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	30/03/2012
Início Pagamento:	16/05/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.01350
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	29/06/2012
Início Pagamento:	15/08/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00972
Dividendo			
Evento:	Assembléia Geral Ordinária	Aprovação:	24/04/2012
Início Pagamento:	15/05/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.03316
Dividendo			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	31/08/2012
Início Pagamento:	12/09/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.04266
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	28/09/2012
Início Pagamento:	14/11/2012	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00782

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.917.680	8.320.675	2.525.630	7.015.346
3.01.01	Receita bruta	4.008.697	1.173.035	3.594.310	1.010.769
3.01.06	(-) Deduções da receita bruta	-1.091.017	-3.409.684	-1.068.680	-3.092.352
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.091.970	-5.828.496	-1.640.954	-4.523.085
3.03	Resultado Bruto	825.710	2.492.179	884.676	2.492.261
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-339.992	-989.308	-259.305	-757.956
3.04.01	Despesas com Vendas	-179.907	-534.312	-123.824	-337.389
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-135.509	-379.647	-110.644	-345.983
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-24.024	-73.497	-25.153	-75.148
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-552	-1.852	316	564
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	485.718	1.502.871	625.371	1.734.305
3.06	Resultado Financeiro	-32.260	-93.210	-26.899	-64.380
3.06.01	Receitas Financeiras	153.720	591.788	253.969	665.574
3.06.02	Despesas Financeiras	-185.980	-684.998	-280.868	-729.954
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	453.458	1.409.661	598.472	1.669.925
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83.137	-232.623	-67.441	-220.127
3.08.01	Corrente	-64.814	-230.602	-71.887	-177.093
3.08.02	Diferido	-18.323	-2.021	4.446	-43.034
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	370.321	1.177.038	531.031	1.449.798
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	370.321	1.177.038	531.031	1.449.798
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	300.292	968.850	442.137	1.237.804
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	70.029	208.188	88.894	211.994

Powered by MZiQ

3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	288.352	956.910	442.137	1.237.804
4.02	Outros Resultados Abrangentes	43.918	77.909	3.386	26.598
4.03	Resultado Abrangente do Período	332.270	1.034.819	445.523	1.264.402

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.158.430	2.269.154
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.837.279	2.705.203
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social	1.409.661	1.669.925
6.01.01.02	Depreciação e amortização	422.136	405.458
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	1.852	-564
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	73.497	77.525
6.01.01.05	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	459.146	435.544
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas		2.495
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	20.188	17.337
6.01.01.08	Provisão para plano de benefício pós emprego		-4.023
6.01.01.09	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	37.191	41.334
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	413.475	59.913
6.01.01.11	Outras provisões	133	259
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-682.875	-448.337
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-14.312	-41.482
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-172.982	-77.535
6.01.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	312	
6.01.02.04	Estoques	-2.389	-4.169
6.01.02.05	Fundos Vinculados	24.602	42.178
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-61.143	-9.117
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	828	-13.408
6.01.02.08	Entidade de previdência privada	5.380	
6.01.02.09	Coligadas e controladas	-130.389	2.960
6.01.02.10	Concessão serviço público (ativo financeiro)	1.855	
6.01.02.11	Fornecedores	127.433	-60.471
6.01.02.12	Salários e encargos a pagar	34.552	13.863
6.01.02.13	Encargos de dívidas e swap pagos	-272.940	-236.693

6.01.02.14	Taxas regulamentares	-119.542	27.842
6.01.02.15	Impostos e contribuições a recolher	-42.809	-32.268
6.01.02.16	Coligadas e controladas	-3.276	-2.265
6.01.02.17	Indenizações/contingências pagas	-41.046	-37.921
6.01.02.18	Entidade de previdência privada	-17.009	-19.851
6.01.03	Outros	4.026	12.288
6.01.03.01	Outros ativos	37.951	-2.194
6.01.03.02	Outros passivos	-33.925	14.482
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.409.688	-1.563.766
6.02.01	Integralização de capital	-29.999	-99.252
6.02.02	Aquisição de investimentos	2.055	-203.214
6.02.03	Alienação de bens do ativo permanente	100	
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-644.057	-192.783
6.02.05	Aquisição de intangível	-1.434.324	-1.105.868
6.02.06	Concessão serviço público (ativo financeiro)	-11.288	
6.02.07	Títulos e valores mobiliários	-292.175	37.351
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-233.086	-355.454
6.03.01	Aumento(Redução) de capital		
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	679.516	1.156.887
6.03.04	Captação de debêntures	650.000	560.000
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-487.291	-602.286
6.03.06	Amortização do principal de debêntures	-359.932	-608.524
6.03.07	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.08	Obrigações vinculadas	163.114	114.107
6.03.09	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-878.493	-975.638
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-484.344	349.934
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.074.308	3.391.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.589.964	3.741.535

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/09/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-398.000	0	-812.408
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-398.000	0	-398.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.237.804	26.598	1.264.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.237.804	0	1.237.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.598	26.598
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	839.804	47.744	1.085.984
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-398.000	0	-812.408
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						

5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-398.000	0	-398.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.237.804	26.598	1.264.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.237.804	0	1.237.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.598	26.598
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	839.804	47.744	1.085.984

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	2.555	2.250
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços		2.208
7.01.02	Outras Receitas		42
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos		42
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.881	-6.926
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.881	-6.926
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.326	-4.676
7.04	Retenções	-75.027	-76.968
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.027	-76.968
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-77.353	-81.644
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.046.267	1.350.433
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	846.725	1.099.441
7.06.02	Receitas Financeiras	199.542	250.992
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	968.914	1.268.789
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	968.914	1.268.789
7.08.01	Pessoal	5.351	3.870
7.08.01.01	Remuneração Direta		20
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		112
7.08.01.04	Outros	5.351	3.738

7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)		
7.08.01.04.02	Entidades de Previdência privada	175	169
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	65	6
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	67	29
7.08.01.04.05	Provisão para férias e 13 salário	-266	24
7.08.01.04.06	Plano de saúde	131	59
7.08.01.04.07	Indenização trabalhista		
7.08.01.04.08	Administradores	4.823	3.085
7.08.01.04.09	Outros	356	366
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.246	2.771
7.08.02.01	Federais	1.187	2.667
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	59	104
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.407	24.344
7.08.03.01	Juros	5.305	24.301
7.08.03.02	Aluguéis	102	43
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	956.910	1.237.804
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	181.659	398.000
7.08.04.02	Dividendos	249.600	
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	525.651	839.804
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2012	31/12/2011
1	Ativo Total	2.276.296	2.137.735
1.01	Ativo Circulante	6.976.803	7.103.131
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.589.964	4.074.308
1.01.02	Aplicações Financeiras	668.160	338.207
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	668.160	338.207
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	668.160	338.207
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.901.545	2.092.260
1.01.03.01	Clientes	1.901.545	2.092.260
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	25.316	22.927
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	528.122	367.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	528.122	367.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	23.847	24.675
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	239.849	182.880
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	239.849	182.880
1.02	Ativo Não Circulante	1.578.616	1.427.422
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.539.685	3.469.253
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	111.317	139.137
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	111.317	139.137

1.02.01.03	Contas a Receber	717.291	907.912
1.02.01.03.01	Clientes	717.291	907.912
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	149.433	161.101
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	149.433	161.101
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	138.556	42.511
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	138.556	42.511
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.423.088	2.218.592
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.02	Investimentos	217.592	163.873
1.02.02.01	Participações Societárias	193.038	136.081
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	193.038	136.081
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	24.554	27.792
1.02.03	Imobilizado	4.283.781	3.732.851
1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	6.745.105	6.908.244
1.02.04.01	Intangíveis		
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.04.02	Goodwill		
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	9	
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	1.901.545	2.092.260

1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	528.122	367.874
1.01.08.03.01	Fundos Vinculados		
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	102.216	78.556
1.01.08.03.03	Entidade de previdência privada	7.550	6.555
1.01.08.03.04	Serviços em curso	97.057	66.220
1.01.08.03.05	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	33.026	31.549
1.02.01.09.04	Impostos e Contribuições a Recuperar	107.199	89.227
1.02.01.09.06	Benefício - ágio incorporado da controladora	509.826	546.207
1.02.01.09.07	Depósitos Judiciais	371.478	299.200
1.02.01.09.11	Fundos Vinculados	50.473	75.075
1.02.01.09.12	Outros Ativos Não Circulantes	26.248	25.744
1.02.01.09.14	Entidade Previdência Privada	31.221	37.596
1.02.01.09.15	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	2.326.643	1.145.543
1.02.02.02.01	Outros investimentos	24.554	27.792

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/09/2012	31/12/2011
2	Passivo Total	2.276.296	2.137.735
2.01	Passivo Circulante	3.351.004	3.055.402
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	99.981	65.439
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	99.981	65.439
2.01.02	Fornecedores	931.920	808.887
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	931.920	808.887
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	492.554	342.641
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	492.554	342.641
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	492.554	342.641
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.370.301	1.245.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	919.028	812.079
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures	451.273	433.525
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	398.731	546.591
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		3.276
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		3.276
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	398.731	543.315
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	62.273	157.868
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	200.197	256.090
2.01.05.02.05	Entidade previdência privada	14.513	15.233
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	117.526	109.130
2.01.05.02.07	Concessão de Serviço Público (Uso do Bem Público)	4.222	4.994
2.01.06	Provisões	57.517	46.240
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	6.946.543	6.338.966
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.055.992	5.514.414
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.516.513	4.315.250
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures	1.539.479	1.199.164
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	550.093	534.058
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	550.093	534.058

2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	65.563	61.159
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	69.635	78.002
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	9.718	10.458
2.02.02.02.06	Entidade previdência privada	276.988	281.188
2.02.02.02.09	Outros Passivos Não Circulantes	58.527	37.062
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público (Uso do Bem Público)	69.662	66.189
2.02.03	Tributos Diferidos	54.517	18.217
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.517	18.217
2.02.04	Provisões	285.941	272.277
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.246.541	1.198.298
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	6.045.590	6.239.613
2.03.04.01	Reserva Legal	493.683	493.683
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.551.907	5.551.907
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		194.023
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	537.591	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	139.309	61.400
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.001.616	940.658

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012	01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	370.321	1.177.038	531.031	1.449.798
4.02	Outros Resultados Abrangentes	49.997	88.890	3.666	33.552
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	420.318	1.265.928	534.697	1.483.350
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	344.210	1.046.759	445.523	1.264.402
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	76.108	219.169	89.174	218.948
4.02.01	Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	43.918	77.909	3.386	26.598
4.02.02	Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	421.258	1.171.375
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	187.444	217.593
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	956.786	1.239.783
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.403	2.405
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-846.725	-1.099.441
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	72.626	74.564
6.01.01.05	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	-1.524	
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas		282
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	3.988	
6.01.01.08	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-110	
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	233.821	956.427
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros		-62
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-767	11.400
6.01.02.03	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	229.470	940.020
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-19.362	-4.285
6.01.02.05	Coligadas e controladas	38.149	5.119
6.01.02.06	Fornecedores	-562	37
6.01.02.07	Salários e encargos a pagar	-75	277
6.01.02.08	Encargos de dívidas e swap pagos	-395	
6.01.02.09	Taxas regulamentares		
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher	-11.659	3.842
6.01.02.11	Coligadas e controladas	-978	129
6.01.02.12	Indenizações/contingências pagas		-50
6.01.03	Outros	-7	-2.645
6.01.03.01	Outros ativos	-2	-2.488
6.01.03.02	Outros passivos	-5	-157
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-725.864	-321.594

6.02.01	Integralização de capital	-261.126	
6.02.02	Aquisição de investimentos		-304.176
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-243	-4.000
6.02.04	Títulos e valores mobiliários	-464.495	-13.418
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-717.405	-766.095
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos		3.079
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-493	-273
6.03.03	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-716.912	-768.901
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.022.011	83.686
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.150.422	2.799.730
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.128.411	2.883.416

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/09/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-398.000	0	-812.408	0	-812.408
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	0	-414.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-398.000	0	-398.000	0	-398.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.237.804	26.598	1.264.402	0	1.264.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.237.804	0	1.237.804	0	1.237.804
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.598	26.598	0	26.598

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	839.804	47.744	1.085.984	0	1.085.984
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	861.643	1.126.949
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	861.643	1.126.949

5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-414.408	-398.000	0	-812.408	-202.641	-1.015.049
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-414.408	0	0	-414.408	-111.116	-525.524
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-398.000	0	-398.000	-91.525	-489.525
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.237.804	26.598	1.264.402	218.948	1.483.350
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.237.804	0	1.237.804	211.994	1.449.798
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.598	26.598	6.954	33.552
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								

5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.230.982	839.804	47.744	1.085.984	877.950	1.173.779

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 30/09/2012	01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.129.854	9.988.072
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.173.035	1.010.769
7.01.02	Outras Receitas	-9.716	274
7.01.02.01	Resultado na alienação/ desativação de bens e direitos	-9.716	274
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-422.103	-119.900
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.841.189	-4.637.994
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-158.188	-130.525
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.948.513	-1.470.240
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-3.734.488	-3.037.229
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-3.237.939	-2.607.087
7.02.04.02	Encargos de uso de rede básica de transmissão	-496.549	-430.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.457.351	5.350.078
7.04	Retenções	-505.869	-491.754
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-505.869	-491.754
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.951.482	4.858.324
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	589.936	666.138
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.852	564
7.06.02	Receitas Financeiras	591.788	665.574
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.541.418	5.524.462
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.541.418	5.524.462
7.08.01	Pessoal	331.876	309.185
7.08.01.01	Remuneração Direta	213.733	185.559
7.08.01.02	Benefícios		

7.08.01.03	F.G.T.S.	46.221	43.405
7.08.01.04	Outros	71.922	80.221
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)		
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	17.629	16.480
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	21.546	17.590
7.08.01.04.04	Convênio assistêncial e outros benefícios	10.242	9.434
7.08.01.04.05	Incentivo a aposentadoria e demissões voluntárias	9.225	3.358
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13º salário	46.622	41.832
7.08.01.04.07	Plano de saúde	16.841	13.194
7.08.01.04.08	Indenização trabalhista	5.368	19.016
7.08.01.04.09	Participação no resultado	41.243	39.796
7.08.01.04.10	Administradores	11.065	9.802
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	1.817	2.059
7.08.01.04.12	(-) Transferência para ordens	-111.901	-94.182
7.08.01.04.14	Outros	2.225	1.842
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.336.641	3.026.912
7.08.02.01	Federais	1.375.718	1.288.689
7.08.02.02	Estaduais	1.947.043	1.726.418
7.08.02.03	Municipais	13.880	11.805
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	695.863	738.567
7.08.03.01	Juros	679.456	724.337
7.08.03.02	Aluguéis	10.865	8.613
7.08.03.03	Outras	5.542	5.617
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.177.038	1.449.798
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	181.659	398.000
7.08.04.02	Dividendos	249.600	
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	537.591	839.804
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	208.188	211.994
7.08.05	Outros		
7.08.05.01	Dividendos Intermediários		

Relatório sobre a revisão
de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Neoenergia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A. ("Neoenergia" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações
intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações
intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Neoenergia S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da

Powered by MZiQ

elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2011, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 24 de outubro de 2011 e 23 de janeiro de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Powered by MZiQ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 3º trimestre de 2012, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em setembro de 2012, o número consolidado de clientes das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.598.703, representando um crescimento de 2,78% em relação a setembro de 2011.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 87% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6% e a classe rural com 5%.

Evolução do número de clientes ativos

	Quantidade		Participação			
Descrição	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	Variação horizontal	
Residencial	8.405.308	8.157.477	87,6%	87,3%	247.831	3,04%
Industrial	37.596	38.880	0,4%	0,4%	-1.284	-3,30%
Comercial	595.123	586.228	6,2%	6,3%	8.895	1,52%
Rural	435.622	434.943	4,5%	4,7%	679	0,16%
Poder Público	81.506	79.970	0,8%	0,9%	1.536	1,92%
Iluminação Pública	27.630	26.815	0,3%	0,3%	815	3,04%
Serviço Público	14.347	13.119	0,1%	0,1%	1.228	9,36%
Consumo Próprio	1.532	1.417	0,0%	0,0%	115	8,12%
Suprimento	39	43	0,0%	0,0%	-4	-9,30%
Total	9.598.703	9.338.892	100,0%	100,0%	259.811	2,78%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

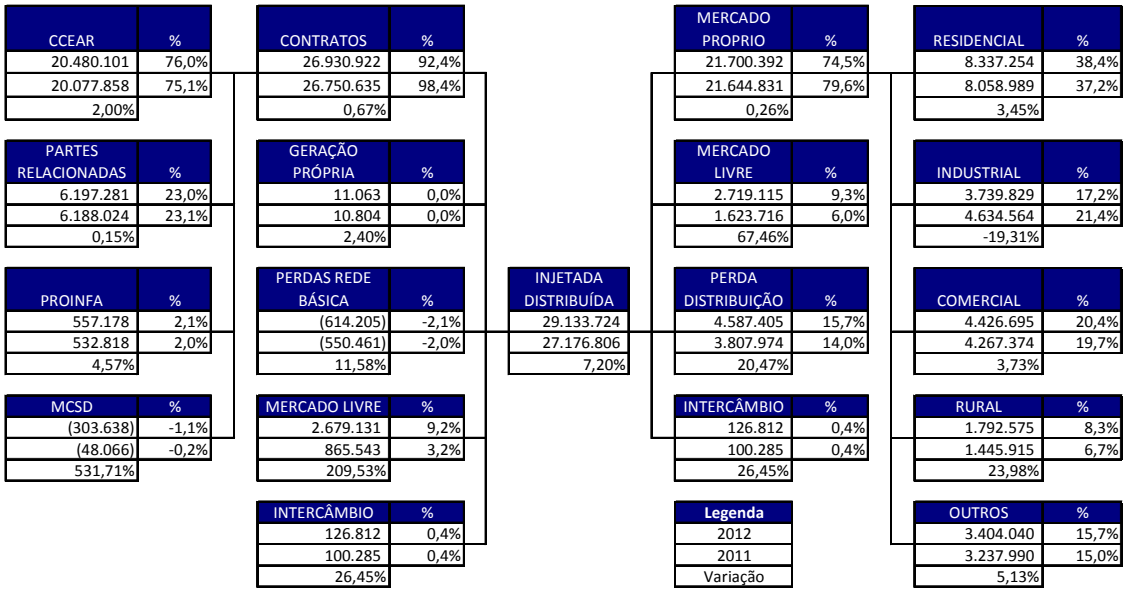
Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, no 3º trimestre de 2012, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 21.700.390 MWh (21.644.831 MWh no 3º trimestre de 2011) apresentando um acréscimo de 0,26%.

Apesar da classe residencial representar 87% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 38,4% em 2012, tendo as classes industrial e comercial participação de 17,2% e 20,4%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	Variação horizontal	
Residencial	8.337.253	8.058.989	38,4%	37,2%	278.264	3,45%
Industrial	3.739.829	4.634.564	17,2%	21,4%	-894.735	-19,31%
Comercial	4.426.695	4.267.374	20,4%	19,7%	159.321	3,73%
Rural	1.792.575	1.445.915	8,3%	6,7%	346.660	23,98%
Poder Público	1.101.564	1.047.830	5,1%	4,8%	53.734	5,13%
Iluminação Pública	1.007.732	958.575	4,6%	4,4%	49.157	5,13%
Serviço Público	1.269.398	1.207.477	5,8%	5,6%	61.921	5,13%
Consumo Próprio	25.343	24.107	0,1%	0,1%	1.236	5,13%
Total	21.700.390	21.644.831	100,0%	100,0%	55.559	0,26%

c) Balanço Energético



O Balanço Energético das controladas Coelba, Celpe e Cosern indicam que do montante da energia injetada subiu 7,20%, sendo que 74,5% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 9,3% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio das distribuidoras exigiu 21.700.392 MWh , de energia durante o semestre, representando um aumento de 0,26% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do crescimento vegetativo da carga, a variação sofreu influência da migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ACL).

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 2.719.115 MWh de energia durante os nove meses do ano, representando uma aumento de 67,46% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente a migração de

clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram no trimestre.

d) Tarifas

Os seguintes reajustes tarifários foram concedidos no ano de 2012:

COELBA - a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

CELPE - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.
As novas tarifas entrarão em vigor a partir do próximo dia 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.
Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.

COSERN - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.
O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013

e) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 1.428,4 milhões nos nove primeiros meses de 2012. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

	3º trimestre 2012		Acumulado 2012	
	Investimento	Subvenções	Investimento	Subvenções
Geração	941	-	1.714	-
Distribuição	552.712	19.352	1.383.514	88.809
Comercialização	1.385	-	1.583	-
Administração	23.105	-	41.635	-
	578.143	19.352	1.428.447	88.809

f) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 2,8 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 30 de setembro de 2012 esta demonstrado abaixo:

	Total	**COELBA**	**CELPE**	**COSERN**
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Ligações executadas em 2012	14.369	14.369	-	-
Total	650.469	483.103	114.841	52.525
Em execução	2.611	2.611	-	-
A executar	30.390	30.390	-	-
Ligações previstas pelo programa (*)	683.470	516.104	114.841	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

No acumulado dos primeiros nove meses de 2012 os investidos consolidados de geração foram de R$ 642,2 milhões no segmento de geração, principalmente na reforma das turbinas de Termopernambuco, construção das UHE Telespires e dos parques eólicos da Força Eólica do Brasil (Joint-venture).

Foram realizados ainda investimentos em aquisição de terras em Corumba III, reforços e construção de novos empreendimentos em Narandiba, e aplicação de recurso na usina de Baixo Iguaçu controlada pela Geração Céu Azul.

Segue quadro com abertura dos investimentos por empresa:

R$ mil	30/09/2012
NEOINVEST	1.544
ITAPEBI	3.658
TERMOPERNAMBUCO	37.538
BAGUARI I	510
GOIAS SUL	1.389
GERAÇÃO CIII	6.319
RIO PCH I	1.306
BAHIA PCH I	1.808
SE NARANDIBA	11.035
ÁGUAS DA PEDRA	1.719
GERAÇÃO CÉU AZUL	17.862
NEOSERV	1.374
AFLUENTE G	680
AFLUENTE T	253
ENERGYWORKS	864
CAPUAVA	2
TELESPIRES	385.400
EÓLICAS	168.959
Total	642.219

Foram ainda realizados em 2012 investimentos no montante de R$ 2,95 bilhões na UHE Belo Monte, aonde Neoenergia possui participação de 10% através da Norte Energia S/A. Os investimentos totais UHE Teles Pires somam o montante de R$ 763 milhões com participação da Neoenergia de 50,1% no empreendimento através da controlada Telespires Participação.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma empresa holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados operacionais apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado do 3º trimestre de 2012 foi de R$ 300.292 mil (R$ 442.137 mil no 3º trimestre de 2011).

O EBITDA do 3º trimestre de 2012 foi de R$ 654.871 mil (R$ 782.375 mil no 3º trimestre de 2011), representando um decréscimo de 16,30%. Esta variação deve-se principalmente ao aumento das perda com crédito nas distribuidoras Coelba e Celpe, em contra partida da entrada em operação comercial da UHE Dardanelos e as melhores margens obtidas na comercializadora NC Energia.

Abaixo seguem as demonstrações do resultado do exercício do 3º trimestre de 2012 e 2011.

Em R$ mil

Descrição	3º Trimestre			Acumulado		
	2012	2011	Variação 2011/2010	2012	2011	Variação 2011/2010
Receita Bruta	4.008.697	3.594.310	11,53%	11.730.359	10.107.698	16,05%
Deduções da Receita Bruta	(1.091.017)	(1.068.680)	2,09%	(3.409.684)	(3.092.352)	10,26%
Receita Líquida	**2.917.680**	**2.525.630**	**15,52%**	**8.320.675**	**7.015.346**	**18,61%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.091.970)	(1.640.954)	27,48%	(5.828.496)	(4.523.085)	28,86%
Resultado Bruto	**825.710**	**884.676**	**-6,67%**	**2.492.179**	**2.492.261**	**0,00%**
Margem Bruta	**28,30%**	**35,03%**		**29,95%**	**35,53%**	
Outras Despesas Operacionais	(315.416)	(234.468)	34,52%	(913.959)	(683.372)	33,74%
Resultado do serviço	**510.294**	**650.208**	**-21,52%**	**1.578.220**	**1.808.889**	**-12,75%**
Depreciação e Amortização	(143.482)	(140.833)	1,88%	(422.136)	(405.465)	4,11%
EBITDA	**654.871**	**782.375**	**-16,30%**	**2.008.347**	**2.214.347**	**-9,30%**
Margem do EBITDA	**22,44%**	**30,98%**		**24,14%**	**31,56%**	
Resultado Financeiro	(32.260)	(26.899)	19,93%	(93.210)	(64.380)	44,78%
Amortização de Ágio / Investimento	(24.576)	(24.837)	-1,05%	(75.349)	(74.584)	1,03%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**453.458**	**598.472**	**-24,23%**	**1.409.661**	**1.669.925**	**-15,59%**
IR e CSLL	(83.137)	(67.441)	23,27%	(232.623)	(220.127)	5,68%
Participação Acionistas não Controladores	(70.029)	(88.894)	-21,22%	(208.188)	(211.994)	-1,80%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**300.292**	**442.137**	**-32,08%**	**968.850**	**1.237.804**	**-21,73%**
Margem Líquida	**10,29%**	**17,51%**		**11,64%**	**17,64%**	

As principais variações ocorridas nos nove primeiros meses do ano foram:

- Receita Bruta: crescimento de 16,05% conforme demonstrado abaixo, principalmente em:
    - Fornecimento faturado e subvenção à tarifa social baixa renda – incremento de mercado combinado com incremento ocorrido no reajuste tarifário. Cabe ressaltar a migração de consumidores baixa renda para a tarifa residencial em função das novas normas de classificação de consumidores determinadas pela ANEEL
    - Suprimento – aumento da energia vendida, principalmente em função da entrada em operação comercial da UHE Dardanelos
    - Receita de construção – em função do incremento em investimentos

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	REAIS			
	30/09/2012	30/09/2011	VARIAÇÃO	
			R$	%
Residencial	3.777.216	3.217.539	559.677	17,39%
Industrial	1.292.045	1.418.761	(126.716)	-8,93%
Comercial	2.170.806	1.938.565	232.241	11,98%
Rural	397.761	317.470	80.291	25,29%
Poder Público	498.938	442.422	56.516	12,77%
Iluminação Pública	234.974	214.387	20.587	9,60%
Serviço Público	360.290	310.497	49.793	16,04%
Fornecimento faturado	**8.732.029**	**7.859.641**	**872.388**	**11,10%**
Fornecimento não faturado	(2.999)	(2.884)	(115)	3,99%
Total Fornecimento	**8.729.030**	**7.856.757**	**872.273**	**11,10%**
Suprimento	692.850	564.113	128.737	22,82%
Subvenção à tarifa social baixa renda	432.841	312.780	120.061	38,39%
Receita de Concessão	23.057	18.867	4.190	22,21%
Receita de Uso da Rede Básica	299.599	212.183	87.416	41,20%
CCEE	119.988	62.035	57.953	93,42%
Receita de Construção	1.291.251	960.314	330.937	34,46%
Outras Receitas	141.743	120.649	21.094	17,48%
TOTAL GERAL	**11.730.359**	**10.107.698**	**1.622.661**	**16,05%**

- Deduções da receita bruta: incremento de R$ 317.332 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
    - Maior recolhimento de impostos em função do maior faturamento
    - Incremento no valor de encargos setoriais conforme determinado pela ANEEL

Descrição	30/09/12	30/09/11	Variação	%
Deduções da Receita Bruta				
Impostos:				
ICMS	(1.947.761)	(1.726.418)	(221.343)	12,8%
PIS	(184.799)	(154.650)	(30.149)	19,5%
COFINS	(800.504)	(713.343)	(87.161)	12,2%
ISS	(7.269)	(6.046)	(1.223)	20,2%
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(94.376)	(72.631)	(21.745)	29,9%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(56.619)	(51.015)	(5.604)	11,0%
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(222.865)	(288.071)	65.206	-22,6%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(33.688)	(25.609)	(8.079)	31,5%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(11.758)	(10.228)	(1.530)	15,0%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(5.879)	(5.114)	(765)	15,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(20.934)	(19.469)	(1.465)	7,5%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(3.318)	(2.926)	(392)	13,4%
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(17.637)	(15.341)	(2.296)	15,0%
Outros	(2.277)	(1.491)	(786)	52,7%
Total	**(3.409.684)**	**(3.092.352)**	**(317.332)**	**10,3%**

- Custos de bens e serviços e outras despesas operacionais: incremento de R$ 1.535.998 mil, conforme demonstrado abaixo, principalmente devido a:
    - Energia elétrica comprada para revenda - incremento no montante de energia comprada e no seu custo médio
    - Custo de construção – em função do incremento em investimentos
    - Incremento na provisão de PCLD - maior inadimplência observada no ano acrescido do maior número de ações de cobrança

Descrição	30/09/12	30/09/11	Variação	%
Combustível para produção de energia	(155.833)	(129.553)	(26.280)	20,3%
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(16.045)	(15.047)	(998)	6,6%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(11.256)	(6.767)	(4.489)	66,3%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.897.926)	(2.300.830)	(597.096)	26,0%
Encargos de uso do sistema transmissão	(457.839)	(393.488)	(64.351)	16,4%
Total Parcela A	**(3.538.899)**	**(2.845.685)**	**(693.214)**	**24,4%**
Pessoal	(355.827)	(327.275)	(28.552)	8,7%
Administradores	(11.227)	(10.407)	(820)	7,9%
Entidade de previdência privada	(17.629)	(16.480)	(1.149)	7,0%
Material	(21.457)	(22.592)	1.135	-5,0%
Serviços de terceiros	(559.452)	(414.955)	(144.497)	34,8%
Arrendamentos e alugueis	(10.460)	(8.233)	(2.227)	27,0%
Tributos	(6.611)	(5.759)	(852)	14,8%
Provisões Líquidas - PCLD	(422.103)	(119.900)	(302.203)	252,0%
Provisões Líquidas - Contingências	(13.409)	(13.268)	(141)	1,1%
Provisões atuariais	-	-	-	0,0%
Outros	(71.994)	(56.124)	(15.870)	28,3%
Total Parcela A	**(1.490.169)**	**(994.993)**	**(495.176)**	**49,8%**
Depreciação e amortização	(422.136)	(405.465)	(16.671)	4,1%
Custo de construção	(1.291.251)	(960.314)	(330.937)	34,5%
Total custos / despesas	**(6.742.455)**	**(5.206.457)**	**(1.535.998)**	**29,5%**

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	Ano			Trimestre		
	2012	2011	Var. %	2012	2011	Var. %
Lucro Líquido	968.850	1.237.804	-22%	300.292	442.137	-32%
Amortização ágio e reversão PMIPL	75.349	74.584	1%	25.158	24.837	1%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	232.623	220.127	6%	82.555	67.441	22%
Resultado Financeiro	93.210	64.380	45%	32.260	26.899	20%
Despesas não operacionais	7.991	(7)	-114250%	1.095	(8.666)	-113%
Depreciação e amortização	422.136	405.465	4%	143.482	140.833	2%
Participações minoritárias	208.188	211.994	-2%	70.029	88.894	-21%
(=) EBITDA	2.008.347	2.214.347	-9%	654.871	782.375	-16%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até setembro de 2012 e 2011:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	30/09/12	% Vertical	30/09/11	% Horizontal	30/09/12	% Vertical	30/09/11	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	110.185		86.933		(7.957)		(9.380)	-15%
Distribuidoras:								
COELBA	554.853	73%	612.402	-9%	1.004.073	69%	1.012.762	-1%
CELPE	17.851	2%	238.345	-93%	184.975	13%	466.432	-60%
COSERN	191.007	25%	151.591	26%	266.264	18%	223.648	19%
Subtotal	**763.711**	**100%**	**1.002.338**	**-24%**	**1.455.312**	**191%**	**1.702.842**	**-15%**
Geradoras:								
ITAPEBI	144.906	53%	86.485	68%	183.783	35%	134.794	36%
TERMOPE	1.539	1%	74.726	-98%	60.212	12%	152.485	-61%
BAGUARI	9.447	3%	9.007	5%	31.853	6%	27.781	15%
GOIÁS SUL	8.072	3%	2.995	170%	20.996	4%	18.577	13%
GERAÇÃO CIII	12.145	4%	14.127	-14%	27.433	5%	25.629	7%
RIO PCH I	9.423	3%	8.389	12%	21.231	4%	20.156	5%
BAHIA PCH I	12.030	4%	5.697	111%	19.764	4%	19.094	4%
SE NARANDIBA	2.604	1%	(17)	-15418%	4.395	1%	731	501%
ÁGUAS DA PEDRA	41.953	15%	63.805	-34%	102.482	20%	74.282	38%
TERMOAÇU	3.167	1%	2.488	27%	8.549	2%	7.998	7%
GERAÇÃO CÉU AZUL	(34)	0%	(32)	6%	(46)	0%	(28)	64%
AFLUENTE G	9.001	3%	6.500	38%	10.819	2%	8.732	24%
AFLUENTE T	14.218	5%	15.067	-6%	13.785	3%	14.235	-3%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(1.017)	0%	6.201	-116%	(51)	0%	(40)	-
NORTE ENERGIA	-	0%	-	-	-	0%	-	-
ENERGYWORKS	9.757	4%	2.512	-	15.878	3%	7.639	-
CAPUAVA	4.148	2%	2.367	-	4.818	1%	2.768	-
ECIII	-	0%	-	-	-	0%	-	-
TELES PIRES	(5.919)	-2%	(839)	-	(5.825)	-1%	(1.329)	-
Subtotal	**275.440**	**100%**	**299.477**	**-8%**	**520.076**	**100%**	**513.504**	**1%**
Outros								
NEOINVEST	(1.665)		247	-774%	(2.568)	-1%	-	
NC ENERGIA	30.230		6.127	393%	38.228	14%	4.156	820%
NEOSERV	2.879		1.229	134%	4.655	2%	2.861	63%
Outras participações								
Controladora e Consolidado	**968.850**		**1.237.804**	**-22%**	**2.008.347**		**2.214.347**	**-9%**

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

As empresas do grupo Neoenergia efetuaram novas captações para fins de alongamento do perfil de suas dívidas e financiamento dos programas de investimentos. Destaques para as seguintes negociações ocorridas:

COELBA - Eletrobrás – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Neste trimestre foi liberado o montante de R$ 30.514.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em no decorrer do ano de 2012 o montante de R$ 245.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento

Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio e novembro de 2011 e agosto de 2012

CELPE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 113.610 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

COSERN - Ingresso de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 12.000, para financiamento dos investimentos realizados no 2º trimestre de 2012, provenientes do Contrato de Financiamento. Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011.

TERMOPE - Em 21 de maio de 2012, a controlada realizou captação de recursos no montante de R$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em moeda estrangeira junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

CIA. TELESPIRES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 450.000 este para financiar parte dos investimentos na UHE Teles Pires, provenientes do Contrato de Financiamento empréstimo ponte Nº 11.2.1225.1 assinado em 14 dezembro de 2011 e aditado em 13 junho de 2012, sendo esta amortização bullet

TELESPIRES PARTICIÇÕES - 1º Emissão de debêntures Privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do cdi acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia Real a conta reserva a ser mantida pela emissora.

Em setembro de 2012 o endividamento total da Companhia era de R$ 7.426 milhões, sendo R$ 1.370 milhão de curto prazo (18,45%) e R$ 6.056 milhões de longo prazo (81,55%).

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados, sendo que a redução da margem EBITDA deve-se principalmente ao incremento da receita de construção:

Dados Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	11.730.359	10.107.698	16,1%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	8.320.675	7.015.346	18,6%
EBITDA (R$ mil)	2.008.347	2.214.347	-9,3%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	1.578.220	1.808.889	-12,8%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(93.210)	(64.380)	44,8%
Lucro Líquido (R$ mil)	968.850	1.237.804	-21,7%
Ativo Total (R$ mil)	22.762.966	21.582.730	5,5%
Dívida Bruta (R$ mil)	7.426.293	6.760.191	9,9%
Dívida Líquida (R$ mil) *	3.006.379	2.133.038	40,9%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.463.803	11.042.326	3,8%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	24,1%	31,6%	-7,43 p.p
Margem EBIT	19,0%	25,8%	-6,82 p.p
Margem Líquida	11,6%	17,6%	-6 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	21,5	34,4	-37,4%
Dívida Bruta/EBITDA**	2,8	2,3	21,1%
Índice de Endividamento Líquido	20,8%	16,2%	4,59 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,96	1,89	3,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,17	0,27	-37,6%

* Dívida líquida de disponibilidades
** EBITDA 9 meses
p.p - Pontos Percentuais

Quantidade de ações	5.850.636	5.850.636	

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(6)	2.128.411	3.150.422	3.589.964	4.074.308
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	62	62	1.901.545	2.092.260
Títulos e valores mobiliários	(8)	524.018	59.523	668.160	338.207
Impostos e Contribuições a recuperar	(9)	101.783	101.025	528.122	367.874
Estoques		-	-	25.316	22.927
Fundos vinculados		-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	23.847	24.675
Entidade de previdência privada		-	-	7.550	6.555
Serviços em curso	(11)	-	-	97.057	66.220
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	33.026	31.549
Outros ativos circulantes	(13)	10.151	10.107	102.216	78.556
TOTAL DO CIRCULANTE		2.764.425	3.321.139	6.976.803	7.103.131
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(7)	-	-	717.291	907.912
Títulos e valores mobiliários	(8)	-	-	111.317	139.137
Impostos e contribuições a recuperar	(9)	9	-	107.199	89.227
Coligadas e controladas		22.588	54.970	138.556	42.511
Dividendos a receber		459.759	67.386	-	-
Juros sobre capital próprio a receber		22.293	64.662	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	30.591	29.164	149.433	161.101
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		-	-	509.826	546.207
Fundos vinculados		-	-	50.473	75.075
Depósitos judiciais	(12)	119.891	95.764	371.478	299.200
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-
Entidade de previdência privada		-	-	31.221	37.596
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(16)	-	-	2.326.643	1.145.543
Outros ativos não circulantes	(13)	15.093	15.135	26.248	25.744
Investimentos	(14)	8.086.678	7.558.785	217.592	163.873
Investimentos em coligadas e controladas		8.086.678	7.558.785	193.038	136.081
Outros investimentos		-	-	24.554	27.792
Imobilizado	(15)	26.578	27.268	4.283.781	3.732.851
Intangível	(17)	50.641	56.099	6.745.105	6.908.244
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.834.121	7.969.233	15.786.163	14.274.221
TOTAL DO ATIVO		11.598.546	11.290.372	22.762.966	21.377.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais--Continuação
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	1.860	2.422	931.920	808.887
Empréstimos e financiamentos	(19)	1.005	762	919.028	812.079
Debêntures	(20)	-	-	451.273	433.525
Salários e encargos a pagar	(21)	141	216	99.981	65.439
Taxas regulamentares	(22)	-	-	117.526	109.130
Impostos e contribuições a recolher	(23)	7.066	17.422	492.554	342.641
Dividendos e juros sobre capital próprio	(24)	42.280	133.910	62.273	157.868
Provisões	(25)	13	-	57.517	46.240
Entidade de previdência privada		-	-	14.513	15.233
Coligadas e controladas		55	1.010	-	3.276
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	4.222	4.994
Outros passivos circulantes	(26)	-	5	200.197	256.090
TOTAL DO CIRCULANTE		52.420	155.747	3.351.004	3.055.402
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(18)	-	-	65.563	61.159
Empréstimos e financiamentos	(19)	5.171	5.911	4.516.513	4.315.250
Debêntures	(20)	-	-	1.539.479	1.199.164
Taxas regulamentares	(22)	-	-	69.635	78.002
Impostos e contribuições a recolher	(23)	-	-	9.718	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	(10)	-	-	54.517	18.217
Provisões	(25)	89.092	86.365	285.941	272.277
Entidade de previdência privada		-	-	276.988	281.188
Coligadas e controladas		-	23	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	69.662	66.189
Outros passivos não circulantes	(26)	-	-	58.527	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		94.263	92.299	6.946.543	6.338.966
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(27)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucro		6.045.590	6.045.590	6.045.590	6.045.590
Outros resultados abrangentes		139.309	61.400	139.309	61.400
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	194.023	-	194.023
Lucro/Prejuízo acumulado		525.651	-	537.591	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.451.863	11.042.326	11.463.803	11.042.326
Participação dos não controladores				1.001.616	940.658
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.465.419	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.598.546	11.290.372	22.762.966	21.377.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11 Reclassificado	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	(28)	**793**	**881**	**2.319**	**2.208**	**2.917.680**	**2.525.630**	**8.320.675**	**7.015.346**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(29)	-	-	-	-	**(2.091.970)**	**(1.640.954)**	**(5.828.496)**	**(4.523.085)**
LUCRO BRUTO		**793**	**881**	**2.319**	**2.208**	**825.710**	**884.676**	**2.492.179**	**2.492.261**
Despesas com vendas	(29)	-	-	-	-	(179.907)	(123.824)	(534.312)	(337.389)
Despesas gerais e administrativas	(29)	(5.763)	(3.044)	(13.871)	(13.993)	(135.509)	(110.644)	(379.647)	(345.983)
Resultado de participações societárias		239.776	366.395	774.101	1.024.877	(24.576)	(24.837)	(75.349)	(74.584)
Equivalência patrimonial	(14)	263.509	391.256	846.725	1.099.441	(552)	316	(1.852)	564
Amortização de ágio	(14)	(23.733)	(24.861)	(72.624)	(74.564)	(24.024)	(25.153)	(73.497)	(75.148)
LUCRO OPERACIONAL		**234.806**	**364.232**	**762.549**	**1.013.092**	**485.718**	**625.371**	**1.502.871**	**1.734.305**
Receitas financeiras	(30)	56.005	88.688	199.542	250.992	153.720	253.969	591.788	665.574
Despesas financeiras	(30)	(1.760)	(7.980)	(5.305)	(24.301)	(185.980)	(280.868)	(684.998)	(729.954)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**289.051**	**444.940**	**956.786**	**1.239.783**	**453.458**	**598.472**	**1.409.661**	**1.669.925**
Imposto de renda e contribuição social	(10)	**(699)**	**(2.803)**	**124**	**(1.979)**	**(83.137)**	**(67.441)**	**(232.623)**	**(220.127)**
Corrente	(10)	(1.160)	(3.349)	(1.303)	(3.503)	(104.471)	(145.820)	(384.778)	(370.163)
Diferido	(10)	461	546	1.427	1.524	(18.323)	14.674	(2.021)	(4.058)
Imposto de renda - SUDENE	(10)	-	-	-	-	51.789	76.584	190.557	193.070
Amortização ágio e reversão PMIPL	(10)	-	-	-	-	**(12.132)**	(12.879)	(36.381)	(38.976)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**288.352**	**442.137**	**956.910**	**1.237.804**	**370.321**	**531.031**	**1.177.038**	**1.449.798**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	-	**(70.029)**	**(88.894)**	**(208.188)**	**(211.994)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**288.352**	**442.137**	**956.910**	**1.237.804**	**300.292**	**442.137**	**968.850**	**1.237.804**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:									
Ordinária		0,05	0,08	0,16	0,21	0,05	0,08	0,17	0,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Lucro do período	**288.352**	**442.137**	**956.910**	**1.237.804**	**370.321**	**531.031**	**1.177.038**	**1.449.798**
Outros resultados abrangentes								
Ganhos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	66.542	5.130	118.044	40.300	75.753	5.554	134.682	50.836
Tributos s/ ganhos de ativos financeiros disponíveis para venda	(22.624)	(1.744)	(40.135)	(13.702)	(25.756)	(1.888)	(45.792)	(17.284)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**43.918**	**3.386**	**77.909**	**26.598**	**49.997**	**3.666**	**88.890**	**33.552**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**332.270**	**445.523**	**1.034.819**	**1.264.402**	**420.318**	**534.697**	**1.265.928**	**1.483.350**
Atribuível a:								
Acionistas controladores	332.270	445.523	1.034.819	1.264.402	344.210	445.523	1.046.759	1.264.402
Acionistas não controladores	-	-	-	-	76.108	89.174	219.169	218.948

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Controladora:

			Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.682	5.551.908	61.400		194.023	11.042.326
Lucro líquido do exercício						956.910		956.910
Outros resultados abrangentes:								
Ganho sobre ativo disponível para a venda					77.909			77.909
Destinações:								
Juros sobre capital próprio						(181.659)	-	(181.659)
Dividendos intermediários						(249.600)		(249.600)
Dividendos adicionais						-	(194.023)	(194.023)
Saldos em 30 de Setembro de 2012	4.739.025	2.288	493.682	5.551.908	139.309	525.651	-	11.451.863

			Reservas de Lucros					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	21.146		414.408	10.407.849
Lucro líquido do exercício						1.237.804		1.237.804
Outros resultados abrangentes:								
Ganho sobre ativo disponível para a venda					26.598			26.598
Destinações:								
Juros sobre capital próprio						(398.000)	-	(398.000)
Dividendos adicionais						-	(414.408)	(414.408)
Saldos em 30 de Setembro de 2011	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	47.744	839.804	-	10.859.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Consolidada:

	Atribuível aos acionistas controladores									
			Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	940.658	11.982.984
Aprovação de dividendos propostos										
Lucro líquido do período						968.850		968.850	208.188	1.177.038
Ganho sobre ativo disponível para a venda					77.909			77.909	10.981	88.890
Destinações:										
Juros sobre capital próprio						(181.659)		(181.659)		(181.659)
Dividendos adicionais						-	(194.023)	(194.023)	(115.604)	(309.627)
Dividendos intercalares						(249.600)		(249.600)	(42.607)	(292.207)
Saldos em 30 de Setembro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	5.551.907	139.309	537.591	-	11.463.803	1.001.616	12.465.419

	Atribuível aos acionistas controladores									
			Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	21.146	-	414.408	10.407.849	861.643	11.269.492
Aprovação de dividendos propostos							(414.408)	(414.408)	(111.116)	(525.524)
Lucro líquido do período						1.237.804		1.237.804	211.994	1.449.798
Ganho sobre ativo disponível para a venda					26.598			26.598	6.954	33.552
Destinações:										
Reserva legal										
Reserva de retenção de lucros										
Juros sobre capital próprio						(398.000)		(398.000)	(91.525)	(489.525)
Dividendos adicionais										
Saldos em 30 de Setembro de 2011	4.739.025	2.288	416.101	4.814.881	47.744	839.804	0	10.859.843	877.950	11.737.793

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11 Reclassificado	30/09/12	30/09/11 Reclassificado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	956.786	1.239.783	1.409.661	1.669.925
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	2.403	2.405	422.136	405.458
Equivalência patrimonial	(846.725)	(1.099.441)	1.852	(564)
Amortização de ágio, líquida	72.626	74.564	73.497	77.525
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(1.524)	-	459.146	435.544
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	-	282	-	2.495
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	3.988	-	20.188	17.337
Provisão para plano de benefício pós emprego	-	-	-	(4.023)
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(110)	-	37.191	41.334
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	413.475	59.913
Outras provisões	-	-	133	259
Participações minoritárias	-	-	-	-
	187.444	217.593	2.837.279	2.705.203
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	-	(62)	(14.312)	(41.482)
Impostos e contribuições a recuperar	(767)	11.400	(172.982)	(77.535)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	229.470	940.020	312	-
Estoques	-	-	(2.389)	(4.169)
Fundos Vinculados	-	-	24.602	42.178
Depósitos judiciais	(19.362)	(4.285)	(61.143)	(9.117)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	828	(13.408)
Entidade de previdência privada	-	-	5.380	-
Coligadas e controladas	38.149	5.119	(130.389)	2.960
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	1.855	-
Outros ativos	(2)	(2.488)	37.951	(2.194)
	247.488	949.704	(310.287)	(102.767)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(562)	37	127.433	(60.471)
Salários e encargos a pagar	(75)	277	34.552	13.863
Encargos de dívidas e swap pagos	(395)	-	(272.940)	(236.693)
Taxas regulamentares	-	-	(119.542)	27.842
Impostos e contribuições a recolher	(11.659)	3.842	(42.809)	(32.268)
Coligadas e controladas	(978)	129	(3.276)	(2.265)
Indenizações/contingências pagas	-	(50)	(41.046)	(37.921)
Entidade de previdência privada	-	-	(17.009)	(19.851)
Outros passivos	(5)	(157)	(33.925)	14.482
	(13.674)	4.078	(368.562)	(333.282)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	421.258	1.171.375	2.158.430	2.269.154

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11 Reclassificado	30/09/12	30/09/11 Reclassificado
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	(261.126)	-	(29.999)	(99.252)
Aquisição de investimentos	-	(304.176)	2.055	(203.214)
Alienação de bens do ativo permanente	-	-	100	-
Aquisição de imobilizado	(243)	(4.000)	(644.057)	(192.783)
Aquisição de intangível	-	-	(1.434.324)	(1.105.868)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	(11.288)	-
Títulos e valores mobiliários	(464.495)	(13.418)	(292.175)	37.351
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(725.864)	(321.594)	(2.409.688)	(1.563.766)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento(Redução) de capital	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	3.079	679.516	1.156.887
Captação de debêntures	-	-	650.000	560.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(493)	(273)	(487.291)	(602.286)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(359.932)	(608.524)
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Obrigações vinculadas	-	-	163.114	114.107
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(716.912)	(768.901)	(878.493)	(975.638)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(717.405)	(766.095)	(233.086)	(355.454)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.022.011)	83.686	(484.344)	349.934
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.150.422	2.799.730	4.074.308	3.391.601
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.128.411	2.883.416	3.589.964	3.741.535
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(1.022.011)	83.686	(484.344)	349.934

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011 (Reclassificado)	30/09/2012	30/09/2011 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	2.555	2.208	11.730.359	10.107.698
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(422.103)	(119.900)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	42	(9.716)	274
	2.555	2.250	11.298.540	9.988.072
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(3.237.939)	(2.607.087)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(496.549)	(430.142)
Matérias-primas consumidas	-	-	(158.188)	(130.525)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(4.881)	(6.926)	(1.948.513)	(1.470.240)
	(4.881)	(6.926)	(5.841.189)	(4.637.994)
Valor adicionado bruto	(2.326)	(4.676)	5.457.351	5.350.078
Depreciação e amortização	(75.027)	(76.968)	(505.869)	(491.754)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(77.353)	(81.644)	4.951.482	4.858.324
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	199.542	250.992	591.788	665.574
Resultado de equivalência patrimonial	846.725	1.099.441	(1.852)	564
Outras receitas	-	-	-	-
	1.046.267	1.350.433	589.936	666.138
Valor adicionado total a distribuir	968.914	1.268.789	5.541.418	5.524.462
Distribução do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	-	20	213.733	185.559
Encargos sociais (exceto INSS)	-	112	46.221	43.405
Entidade de previdência privada	175	169	17.629	16.480
Auxílio alimentação	65	6	21.546	17.590
Convênio assistencial e outros benefícios	67	29	10.242	9.434
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	9.225	3.358
Provisão para férias e 13º salário	(266)	24	46.622	41.832
Plano de saúde	131	59	16.841	13.194
Indenizações trabalhistas	-	-	5.368	19.016
Participação nos resultado	-	-	41.243	39.796
Administradores	4.823	3.085	11.065	9.802
Encerramento de ordem em curso	-	-	1.817	2.059
(-) Transferência para ordens	-	-	(111.901)	(94.182)
Outros	356	366	2.225	1.842
	5.351	3.870	331.876	309.185
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	1.075	688	52.807	44.977
ICMS	-	-	1.947.043	1.726.418
PIS/COFINS sobre faturamento	236	-	593.636	509.876
Imposto de renda e contribuição social	(124)	1.979	232.623	220.127
Obrigações intra-setoriais	-	-	496.652	513.709
Outros	59	104	13.880	11.805
	1.246	2.771	3.336.641	3.026.912
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	5.305	24.301	679.456	724.337
Aluguéis	102	43	10.865	8.613
Outros	-	-	5.542	5.617
	5.407	24.344	695.863	738.567
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	181.659	398.000	181.659	398.000
Dividendos distribuídos	249.600	-	249.600	-
Lucro / Prejuízos	525.651	839.804	537.591	839.804
Participação dos não controladores	-	-	208.188	211.994
	956.910	1.237.804	1.177.038	1.449.798
Valor adicionado distribuído	968.914	1.268.789	5.541.418	5.524.462

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.
A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controladas em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		30/09/12		31/12/11	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III		-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	(a)	50,10	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA		-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL II	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

(c) Empresas de propósito específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 14.

	Percentual da Participação (%)			
	30/09/12		31/12/11	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-
Salvador Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento CAIXA Natal Renda Fixa Longo Prazo	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Transmissão	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/09	28/01/39
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/12	10/05/42
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/12	28/08/42

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial	-	29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,0 MW	9,0 MW	06/08/97	08/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	7,22 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,721 MW	504,12 MW	455 MW	18/12/00	17/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,91 MW	11 MW	18/12/02	17/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	12,71 MW	11 MW	18/02/02	17/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	18/02/04	17/04/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	18/12/02	17/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80 MW	39,27 MW	15/08/06	14/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,4 MW	50,9 MW	30,54 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	10/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	02/07/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW (*)	7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW (*)	2,9 MW	2,9 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW (*)	30,0 MW	30,0 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW (*)	8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW (*)	11,6 MW	11,6 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3459,95 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	-	-
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	-	-
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	-	-
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	-	-
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	-	-
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	-	-

(*) Cogeradoras que garantem o fornecimento em contratos bilaterais.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA

A demonstração contábil intermediária individual da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2012 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A demonstração contábil intermediária consolidada da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2012 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Adicionalmente a demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

		Consolidado		
		31/12/2011		
		Publicado	Reclassificação	Reclassificado
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa		4.074.308	-	4.074.308
Contas a receber de clientes e demais contas a receber		2.092.260	-	2.092.260
Títulos e valores mobiliários		338.207	-	338.207
Impostos e contribuições a recuperar		367.874	-	367.874
Estoques		22.927	-	22.927
Despesas pagas antecipadamente		24.675	-	24.675
Entidade de previdência privada		6.555	-	6.555
Serviços em curso	(a)	271.598	205.378	66.220
Concessão do serviço público (ativo financeiro)		31.549	-	31.549
Outros ativos circulantes		78.556	-	78.556
TOTAL DO CIRCULANTE		7.308.509	205.378	7.103.131
NÃO CIRCULANTE				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber		907.912	-	907.912
Títulos e valores mobiliários		139.137	-	139.137
Impostos e contribuições a recuperar		89.227	-	89.227
Coligadas e controladas		42.511	-	42.511
Impostos e contribuições sociais diferidos		161.101	-	161.101
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		546.207	-	546.207
Fundos vinculados		75.075	-	75.075
Depósitos judicias		299.200	-	299.200
Entidade de previdência privada		37.596	-	37.596
Concessão do serviço público (ativo financeiro)		1.145.543	-	1.145.543
Outros ativos não circulantes		25.744	-	25.744
Investimentos		163.873	-	163.873
Investimentos em coligadas e controladas		136.081	-	136.081
Outros investimentos		27.792	-	27.792
Imobilizado	(b)	3.752.959	20.108	3.732.851
Intangível	(b)	6.888.136	(20.108)	6.908.244
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.274.221	-	14.274.221
TOTAL DO ATIVO		21.582.730	205.378	21.377.352

		Consolidado		
		31/12/2011		
		Publicado	Reclassificação	Reclassificado
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores		808.887	-	808.887
Empréstimos e financiamentos		812.079	-	812.079
Debêntures		433.525	-	433.525
Salários e encargos a pagar		65.439	-	65.439
Taxas regulamentares	(a)	289.856	180.726	109.130
Impostos e contribuições a recolher		342.641	-	342.641
Dividendos e juros sobre capital proprio		157.868	-	157.868
Provisões		46.240	-	46.240
Entidade de previdência privada		15.233	-	15.233
Coligadas e controladas		3.276	-	3.276
Concessão do serviço público (uso do bem público)		4.994	-	4.994
Outros passivos circulantes		256.090	-	256.090
TOTAL DO CIRCULANTE		3.236.128	180.726	3.055.402
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores		61.159	-	61.159
Empréstimos e financiamentos		4.315.250	-	4.315.250
Debêntures		1.199.164	-	1.199.164
Taxas regulamentares	(a)	102.654	24.652	78.002
Impostos e contribuições a recolher		10.458	-	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos		18.217	-	18.217
Provisões		272.277	-	272.277
Entidade de previdência privada		281.188	-	281.188
Concessão do serviço público (uso do bem público)		66.189	-	66.189
Outros passivos não circulantes		37062	-	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.363.618	24.652	6.338.966
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social		4.739.025	-	4.739.025
Reservas de capital		2.288	-	2.288
Reservas de lucro		6.045.590	-	6.045.590
Outros resultados abrangentes		61.400	-	61.400
Proposta de distribuição de dividendos adicional		194.023	-	194.023
Acionistas não controladores		940.658	-	940.658
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.982.984	-	11.982.984
TOTAL DO PASSIVO		21.582.730	205.378	21.377.352

(a) Os gastos nas controladas relativos aos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética apropriados como serviços próprios em curso estão sendo apresentados líquidos dos recursos disponíveis para aplicação nesses programas, no grupo de Taxas Regulamentares (Nota 22);

(b) Reclassificação para melhor apresentação de gastos em estudos e projetos na controlada Neoinvest realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstração contábil intermediária em 23/10/2012 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas - O IFRS 10 inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. O IFRS 10 substitui em parte o IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 Operações conjuntas - O IFRS 11 prescreve a contabilização para contratos nos quais existem controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou onde haja controle compartilhado.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A demonstração contábil intermediária consolidada foi preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que incluem a N eoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As demonstrações contábeis intermediárias das controladas em conjunto Termoaçu, Telespires e Força Eólica da Brasil foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações intermediária da investida.

	Termoaçu		Teles Pires		Força Eólica do Brasil	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Ativo	815.119	801.660	1.296.185	823.871	418.122	-
Circulante	126.533	89.585	65.392	360.760	70.886	-
Não Circulante	688.586	712.075	1.230.792	463.111	347.236	-
Passivo	815.119	801.660	1.296.184	823.870	418.122	-
Circulante	67.968	68.262	567.735	370.822	2.394	-
Não Circulante	91	-	78.930	72.774	82	-
Patrimônio Líquido	747.060	733.398	649.519	380.275	415.646	-

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.
- Capitalização dos encargos financeiros decorrentes das captações aos ativos atribuíveis.
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação da demonstração contábil intermediária consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível.

Segue abaixo quadro de conciliação do resultado:

		No trimestre de 01/07/2012 a 30/09/2012	Acumulado de 01/01/2012 a 30/09/2012
RESULTADO DA CONTROLADORA LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**288.352**	**956.910**
Resultado financeiro líquido capitalizado	(a)	11.940	11.940
RESULTADO CONSOLIDADO LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**300.292**	**968.850**

(a) Corresponde aos encargos decorrentes de captação de recursos de terceiros por Telespires Participações para investimento na Cia. Hidrelétrica Telespires S.A. e aplicação na construção da usina.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11 Reclassificado
Caixa e depósitos bancários à vista	31.074	147	182.303	94.921
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	882.268	1.159.882	946.722	1.239.928
Fundos de investimento	1.215.069	1.990.393	2.460.939	2.739.459
	2.128.411	3.150.422	3.589.964	4.074.308

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diaria e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário - CDB´s, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 97% a 105%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e demais contas a receber estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	30/09/12	31/12/11 Reclassificado
Consumidores	(a)	2.942.277	3.112.347
Títulos a receber	(b)	127.411	113.304
Comercialização de energia na CCEE	(c)	99.474	84.287
Disponibilização do sistema de distribuição		43.470	35.157
Serviços prestados a terceiros		20.070	22.601
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(d)	99.041	23.857
Outros créditos		144.388	169.203
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(857.295)	(560.584)
Total		2.618.836	3.000.172
Circulante		1.901.545	2.092.260
Não circulante		717.291	907.912

a) Consumidores

	Consolidado						
	Saldos vencidos			Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/12	31/12/11 Reclassificado	30/09/12	31/12/11 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	463.342	210.288	596.602	1.270.232	1.387.314	(642.585)	(345.373)
Industrial	161.902	15.972	97.652	275.526	310.712	(60.711)	(55.017)
Comercial, serviços e outras	250.938	55.467	110.902	417.307	441.133	(67.012)	(47.096)
Rural	74.813	19.002	84.530	178.345	164.010	(39.018)	(46.553)
	950.995	300.729	889.686	2.141.410	2.303.169	(809.326)	(494.039)
Setor Público							
Poder público							
Federal	15.099	1.531	3.718	20.348	21.104	(1.650)	(1.484)
Estadual	160.605	3.637	1.574	165.816	174.611	(1.186)	(1.438)
Municipal	164.551	22.085	28.191	214.827	216.482	(22.042)	(29.912)
	340.255	27.253	33.483	400.991	412.197	(24.878)	(32.834)
Iluminação pública	37.789	14.797	19.074	71.660	74.271	(2.759)	(2.456)
Serviço público	78.897	5.917	15.143	99.957	91.452	(7.695)	(11.656)
Fornecimento não faturado	228.259	-	-	228.259	231.258	-	-
Consumidores	1.636.195	348.696	957.386	2.942.277	3.112.347	(844.658)	(540.985)
Circulante				2.307.795	1.220.843	(831.635)	(375.939)
Não circulante				634.482	1.891.504	(13.023)	(165.046)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/12	31/12/11 Reclassificado	30/09/12	31/12/11 Reclassificado
Setor público	2.843	9	27	2.879	6.590	(28)	(44)
Setor privado	54.724	55.409	14.399	124.532	106.714	(5.135)	(6.523)
Total	57.567	55.418	14.426	127.411	113.304	(5.163)	(6.567)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado, sendo que o montante de R$ 67.982 refere-se às operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que este valor será integralmente recebido seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Subvenção à Baixa Renda – Tarifa Social

Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa aos consumidores da classe residencial baixa renda. O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu a CDE como fonte para concessão de subvenção. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a diferença mensal de receita e o montante de recursos a ser repassado.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia e de suas controladas entenderam ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reclassificado)	(540.985)	(6.567)	(13.032)	(560.584)
Adições	(544.004)	(1.247)	(7.695)	(552.946)
Reversões	179.454	2.651	13.222	195.327
Baixados a reserva	60.877	-	31	60.908
Saldos em 30 de setembro de 2012	(844.658)	(5.163)	(7.474)	(857.295)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

					Consolidado	
Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/12	31/12/11
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	8.194	16.524
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	93.556	252.232
Banco Itaú		Títulos Públicos	set-13	Selic	-	28.675
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	307.451	2.141
Banco Itaú	(b)	Títulos Públicos	mai-12 / ago-12 / fev-13	CDIC	1.185	999
Banco Itaú	(b)	CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(a)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	20.691	28.701
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-13	CDI	7.006	6.593
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jan-14	CDI	5.384	5.067
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	dez-12	CDI	14.323	16.312
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	set-18	CDI	20.865	19.698
Banco Nordeste do Brasil	(a)	CDB	jul-16	CDI	37.298	39.037
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	9.829	4.782
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	7.135	7.502
Bradesco	(b)	CDB/CDI	Diversos	CDI	10	742
Bradesco	(b)	LFT	(*)	CDI	27	552
Bradesco	(b)	CDB	jan-13 / set-13	CDI	2.147	2.000
Bradesco	(b)	LFT	mar-12	CDI	21	226
Caixa Econômica Federal		CDB	jan-12 / fev-14	CDI	14.894	5.555
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	9.182	5.871
Caixa Econômica Federal		LFT	Diversos	CDI	-	6.260
Caixa Econômica Federal		CDB	Diversos	CDI	14.731	10.951
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	2.106	4.839
Votorantim	(b)	CDB	dez-12	CDI	36	1.193
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	-	9.889
Banco Itaú		Fundo SSA DI	(*)	CDI	13.874	-
Sul América		Título de capitalização	set-12	TR	-	5
Banco Itaú	(b)	CDB	jul-12	CDI	-	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	1.821	565
Santander		LFT	jun-14 a jun-16	Selic	7.383	-
Banco Itaú		LFT	mar-18	Selic	116.792	-
Banco Itaú		LFT	diversos	Selic	63.536	-
Total					779.477	477.344
Circulante					668.160	338.207
Não circulante					111.317	139.137

(a) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.

(b) Constituem garantia para contrato de energia.

(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha, com carência igual ou maior que 90 dias a contar da data de aquisição, sem condição de resgate antecipado, indexados com base na variação percentual do CDI, valorização diária e com registro na CETIP.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	94.308	92.719	254.078	191.421
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	2.956	3.843	116.406	28.304
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	86.022	79.475
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	16.646	14.813
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	35.304	38.460
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	11.341	9.171
IOF		3.852	3.811	3.852	3.811
Imposto sobre Serviços - ISS		21	21	1.794	1.035
Outros		646	631	2.679	1.384
		101.783	101.025	528.122	367.874
Não-Circulante					
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL		-	-	162	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	9	-	104.501	85.103
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	49	304
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	-	1.173
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.413	2.412
Outros		-	-	74	235
		9	-	107.199	89.227
Total		101.792	101.025	635.321	457.101

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) – A Neoenergia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias

obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procedeu no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que estão sendo compensados com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil, no montante total de R$ 185.932, tendo como contrapartida o resultado do exercício daquele exercício.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Coelba impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Coelba procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 25 – Provisões.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

Segue abaixo composição do saldo de impostos e contribuições sociais:

	Ativo				Passivo			
	30/09/12		31/12/11		30/09/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	4.657	1.164	2.131	533	13.959	3.490	-	-
Diferenças temporárias	443.700	112.173	477.144	120.534	(169.439)	(42.324)	(50.979)	(12.708)
	448.357	113.337	479.275	121.067	(155.480)	(38.834)	(50.979)	(12.708)
Contribuição Social								
Base negativa	4.657	894	2.131	667	13.959	1.256	-	
Diferenças temporárias	391.131	35.202	437.406	39.367	(188.209)	(16.939)	(61.213)	(5.509)
	395.788	36.096	439.537	40.034	(174.250)	(15.683)	(61.213)	(5.509)
Total		149.433		161.101		(54.517)		(18.217)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	30/09/12		31/12/11	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.318	133.318	162.323	162.323
Provisão para passivo atuarial	287.959	287.959	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	584	584	927	927
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	241.793	241.793	217.011	217.011
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	21.383	21.383	9.919	9.919
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.188	5.188	5.021	5.021
Pis/Cofins diferidos	89.974	89.974	85.778	85.778
Incentivo Fiscal Sudene	48.557	-	34.961	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	141	141	-	-
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	54.647	54.647	59.904	59.904
Déficit plano previdenciário	2.130	2.130	2.130	2.130
Ativos e passivos regulatórios	60.930	60.930	77.708	77.709
Custo de captação	1.888	-	-	-
Outros	68.725	47.212	42.470	26.818
Total ativo	1.024.316	952.358	996.923	946.311
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(8.431)	(8.431)	(8.122)	(8.122)
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	(253)	(253)	(2.128)	(2.128)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(240.751)	(240.132)	(106.075)	(105.435)
Ajuste da quota anual de amortização	(127.422)	(127.422)	(117.576)	(117.576)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(143.511)	(143.511)	(138.709)	(138.709)
Déficit plano previdenciário	(443)	(443)	(443)	(443)
Superávit plano previdenciário	(39.568)	(39.568)	(48.025)	(48.025)
Ativos e passivos regulatórios	(143.927)	(143.927)	(128.110)	(128.110)
Custo de captação	(14.366)	(14.366)	(19.439)	(19.439)
Outros	(12.767)	(12.767)	-	-
Total passivo	(731.439)	(730.820)	(568.627)	(567.987)
Total líquido	**292.877**	**221.538**	**428.296**	**378.324**

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da despesa (receita) dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2012 e de 2011.

		Consolidado			
				Períodos de três meses findos em	
		30/09/12		30/09/11	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		453.458	453.458	598.472	598.472
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(12.132)	(12.132)	(12.879)	(12.879)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(3.893)	(3.893)	(12.425)	(12.425)
Juros sobre capital próprio		(45.781)	(45.782)	(191.554)	(191.554)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		391.652	391.651	381.614	381.614
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		97.913	35.249	95.404	34.345
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização ágio participação societária		6.006	2.162	6.288	2.264
Perda de equivalência patrimonial		138	50	-	-
JSCP		-	-	15.933	5.736
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	4	-	4
Contribuições e doações		327	117	378	136
Multas indedutíveis		520	187	629	226
Depreciação veículos executivos		65	24	110	39
Excesso despesas previdenciárias		830	300	847	305
Efeito regime lucro presumido		-	-	28	15
Outras adições		95	156	11.628	3.058
		7.981	3.000	35.841	11.783
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		-	-	(79)	(28)
Reversão da provisão do ágio		(3.675)	(1.323)	(4.013)	(1.445)
Reversão da PMIPL		(2.210)	(796)	(2.292)	(826)
Incentivo fiscal SUDENE		(51.789)	-	(76.584)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(1.727)	-	(1.998)	-
Efeito regime lucro presumido		(12.032)	(1.279)	(13.275)	(3.096)
Outras exclusões		(5.388)	(991)	(11.491)	(2.483)
		(76.821)	(4.389)	(109.732)	(7.878)
Imposto de renda e contribuição social no período		29.073	33.860	21.513	38.250
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		5.830	2.242	(3.729)	(1.472)
Imposto de renda e contribuição social no resultado		34.903	36.102	17.784	36.778
Corrente		24.161	28.521	30.760	38.476
Diferido		10.742	7.581	(12.976)	(1.698)
		34.903	36.102	17.784	36.778

		Consolidado			
		Períodos de nove meses findos em			
		30/09/12		30/09/11	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		1.409.661	1.409.661	1.669.925	1.669.925
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(36.381)	(36.381)	(38.976)	(38.976)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(11.555)	(11.555)	(38.087)	(38.087)
Juros sobre capital próprio		(181.659)	(181.659)	(582.660)	(582.660)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		1.180.066	1.180.066	1.010.202	1.010.202
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		295.017	106.206	252.551	90.918
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização ágio participação societária		18.374	6.615	18.787	6.763
Perda de equivalência patrimonial		463	167	-	-
JSCP		-	-	48.000	17.280
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	13	-	11
Contribuições e doações		431	155	665	239
Multas indedutíveis		2.043	736	844	304
Depreciação veículos executivos		218	79	323	116
Excesso despesas previdenciárias		2.421	872	2.496	899
Efeito regime lucro presumido		11	5	27	15
Outras adições		1.719	1.344	14.813	4.920
		25.680	9.986	85.955	30.547
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		-	-	(141)	(51)
Reversão da provisão do ágio		(11.031)	(3.971)	(12.040)	(4.334)
Reversão da PMIPL		(6.631)	(2.387)	(6.873)	(2.474)
Incentivo fiscal SUDENE		(190.557)	-	(193.070)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(3.349)	-	(4.697)	-
Efeito regime lucro presumido		(13.634)	(3.736)	(28.433)	(7.902)
Outras exclusões		(12.773)	(3.118)	(15.725)	(4.441)
		(237.975)	(13.212)	(260.979)	(19.202)
Imposto de renda e contribuição social no período		82.722	102.980	77.527	102.263
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		7.583	2.957	1.002	359
Imposto de renda e contribuição social no resultado		90.305	105.937	78.529	102.622
Corrente		90.231	103.990	77.669	99.424
Diferido		74	1.947	860	3.198
		90.305	105.937	78.529	102.622

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do

Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) – IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (Contratos de Concessão) – IFRIC12.

11. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/12	31/12/11
Serviço próprio	31.017	24.819
Serviços prestados a terceiros	64.827	40.281
Transf.fabric.reparo de materiais	1.213	1.120
Total	97.057	66.220

Os Serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Trabalhistas		1.870	1.870	114.786	93.172
Cíveis		11	11	74.831	52.371
Fiscais:		118.010	93.883	172.538	145.216
PIS / COFINS	(a)	98.074	93.883	115.051	110.291
IRRF sobre juros sobre capital próprio		19.936	-	19.936	-
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	-	7.803	7.329
Impostos Municipais		-	-	5.831	5.450
ICMS		-	-	5.804	5.717
INSS		-	-	6.998	6.636
CSLL		-	-	803	759
IOF		-	-	6.265	6.265
Outros		-	-	4.047	2.769
Outros		-	-	9.323	8.441
Total		119.891	95.764	371.478	299.200

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.

13. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		18	3	10.233	2.834
Adiantamentos a fornecedores		42	42	34.027	13.948
Serviços prestados a terceiros		-	-	5.972	6.539
Alienações em curso		-	-	1.741	1.614
RGR a compensar		-	-	445	647
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	-	13.502	13.152
Desativações em curso	(b)	-	-	-	7.514
Dispêndios a reembolsar em curso	(c)	-	-	9.225	11.010
Cobrança extra judicial		-	-	6.427	6.424
Uso mútuo de postes		-	-	6.359	6.583
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Sub-rogação CCC		-	-	1.577	1.720
Outros créditos a receber	(d)	25.184	25.197	37.318	30.677
Total		25.244	25.242	128.464	104.300
Ativo circulante		10.151	10.107	102.216	78.556
Ativo não circulante		15.093	15.135	26.248	25.744

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pelas controladas Coelba e Celpe, no valor de R$ 13.282, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.

(d) Na controladora, referem-se a adiantamento para aquisição de direitos da Rio PCH que serão recebidos com dividendos futuros do acionista não controlador e a adiantamento concedido para a Rede Bandeirantes para veiculação de mídia.

14. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
COELBA		30/09/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.631.329	554.853
		30/09/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.297.937	612.401
CELPE		30/09/12	66.023	864	89,65	590.174	1.581.260	17.851
		30/09/11	66.023	864	89,65	590.174	1.607.294	238.346
COSERN		30/09/12	110.814	31.153	84,47	179.787	840.897	191.007
		30/09/11	110.782	31.153	84,45	179.787	769.748	151.591
ITAPEBI		30/09/12	44.100	-	42,00	105.000	380.410	144.906
		30/09/11	44.100	-	42,00	105.000	396.096	86.485
TERMOPE		30/09/12	262.594	-	100,00	214.570	407.933	1.539
		30/09/11	262.594	-	100,00	214.570	436.273	74.726
BAGUARI I	(a)	30/09/12	87.133	-	100,00	87.133	97.609	9.447
		30/09/11	76.000	-	100,00	87.133	97.857	9.007
GOIAS SUL	(b)	30/09/12	109.643	-	100,00	188.446	194.148	8.072
		30/09/11	109.643	-	100,00	188.446	186.075	2.995
GERAÇÃO C III	(c)	30/09/12	128.566	-	100,00	147.575	161.016	12.145
		30/09/11	70.265	-	100,00	147.575	164.926	14.127
RIO PCH I	(d)	30/09/12	74.166	-	70,00	105.951	115.938	9.423
		30/09/11	74.166	-	70,00	105.951	114.140	8.389
BAHIA PCH I	(e)	30/09/12	49.174	-	100,00	108.937	122.573	12.030
		30/09/11	49.174	-	100,00	91.067	97.527	5.697
SE NARANDIBA		30/09/12	16.000	-	100,00	21.000	23.612	2.604
		30/09/11	1	-	100,00	16.000	16.055	(17)
AGUAS DA PEDRA	(f)	30/09/12	145.557	-	51,00	253.000	355.370	41.953
		30/09/11	145.557	-	51,00	253.000	313.978	63.806
TERMOAÇU	(g)	30/09/12	290.047	-	23,13	699.736	747.060	13.692
		30/09/11	290.047	-	23,93	699.736	169.634	10.757
GERAÇÃO CÉU AZUL		30/09/12	1	-	100,00	28.440	28.035	(34)
		30/09/11	1	-	100,00	5.231	4.860	(32)
NC ENERGIA		30/09/12	13.600	-	100,00	13.600	45.292	30.230
		30/09/11	13.600	-	100,00	15.486	15.741	6.127
NEOSERV	(h)	30/09/12	1	-	100,00	726	9.276	2.879
		30/09/11	1	-	100,00	2.631	8.302	1.229
GARTER		30/09/12	1	-	100,00	-	40	-
		30/09/11	1	-	100,00	-	40	(3)
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	30/09/12	9.812	6.718	87,84	30.916	45.982	9.001
		30/09/11	9.812	6.718	87,84	30.916	42.350	6.500
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	30/09/12	55.416	-	87,84	63.084	80.397	14.218
		30/09/11	55.417	-	87,84	63.084	81.257	15.067
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	30/09/12	198.001	-	100,00	200.001	208.497	(1.017)
		30/09/11	-	-	100,00	200.001	209.514	6.201
NORTE ENERGIA		30/09/12	180.010	-	10,00	-	1.717.325	(30.244)
		30/09/11	-	-	-	-	1.447.569	(1.121)
ENERGYWORKS	(k)	30/09/12	214.479	-	100,00	117.964	128.686	9.757
		30/09/11	-	-	-	117.964	132.680	2.512
CAPUAVA	(k)	30/09/12	-	-	100,00	11.456	16.015	4.148
		30/09/11	-	-	-	11.456	17.718	2.367
ECIII		30/09/12	-	-	15,58	-	136.713	8.295
		30/09/11	-	-	-	-	127.426	-
NEOINVEST		30/09/12	24.970	-	100,00	24.970	22.049	(1.665)
		30/09/11	1	-	100,00	24.200	22.945	247
TELES PIRES	(l)	30/09/12	1	-	50,10	665.293	649.519	(11.814)
		30/09/11	-	-	-	384.527	190.518	(1.677)
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	30/09/12	192.994		100,00	192.994	173.000	(17.859)
		30/09/11	-		-	192.994	190.859	-

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
CALANGO I	(m)	30/09/12	1	-	50,00	28.700	28.736	36
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO II	(m)	30/09/12	1	-	50,00	29.746	29.798	50
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO III	(m)	30/09/12	1	-	50,00	29.280	29.336	54
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO IV	(m)	30/09/12	1	-	50,00	28.478	28.514	34
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CALANGO V	(m)	30/09/12	1	-	50,00	27.978	28.010	30
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
MEL II	(m)	30/09/12	1	-	50,00	26.980	27.240	244
		30/09/11	-	-	-	2	10	-
ARIZONA I	(m)	30/09/12	1	-	50,00	27.888	27.944	54
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CAETITÉ I	(m)	30/09/12	1	-	50,00	33.856	33.920	62
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
CAETITÉ II	(m)	30/09/12	1	-	50,00	41.174	41.342	160
		30/09/11	-	-	-	2	5	-
CAETITÉ III	(m)	30/09/12	1	-	50,00	39.262	39.344	80
		30/09/11	-	-	-	2	2	-
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	30/09/12	-	-	50,00	411.672	415.646	3.964
		30/09/11	-	-	- -	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	30/09/12	198.693	-	50,00	163.130	163.782	650
		30/09/11	-	-	- -	-	-	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE

Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
Investimentos - ações	265.711	262.551
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(100.431)	(100.431)
Investimento líquido	197.018	193.858

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, efetuou em 2011 provisão para perda no montante de R$ 51.245 para cobrir eventuais incertezas, não prevendo perdas adicionais. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão

patrimonial e consequentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. ("Imanisse"), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente ("Protocolo de Cisão"), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito especifico constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda., que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados

identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	22.687
Contas a receber	6.339
Impostos a recuperar	4.601
Ativo imobilizado	142.341
Ativo intangível	8.308
Outros ativos	791
Fornecedores	1.800
Salários e encargos a pagar	1.204
Imposto de renda e contribuição social	16.548
Outros impostos a pagar	1.231
Outras contas a pagar	2.017
Preço de aquisição	162.267
Valor contábil na data de aquisição	(133.175)
Preço de compra alocado	29.092

A aquisição se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de cogeração de energia.

(l) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de contratos de comercialização de energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011 foi constituída a empresa Teles Pires Participações, controladora direta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, com o intuito de efetuar captação de recursos para a realização do investimento.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

A Força Eólica do Brasil é detentora das ações da Força Eólica Participações, holding criada para controlar cinco dos dez parques eólicos conquistados, sendo que os demais cinco parques eólicos são controlados diretamente pela Força Eólica do Brasil.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2011	Aumento de capital	Redução de capital	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de setembro de 2012
NEOINVEST.	22.944	770	-	-	(1.666)	-	-	22.048
COELBA	2.439.857	-	-	54.641	488.832	(26.665)	(250.610)	2.706.055
CELPE	1.901.093	-	-	12.604	16.076	(26.754)	(52.019)	1.851.000
COSERN	839.140	-	-	10.664	161.236	(11.298)	(111.813)	887.929
ITAPEBI	192.711	-	-	-	60.860	(2.057)	(67.448)	184.066
TERMOPE	462.235	-	-	-	1.540	(3.001)	(29.880)	430.894
AFLUENTE	-	-	-	-	-	-	-	-
BAGUARI I	97.856	-	-	-	9.447	-	(9.694)	97.609
GOIAS SUL	186.075	-	-	-	8.073	-	-	194.148
GERAÇÃO CIII	164.926	-	-	-	12.145	-	(16.055)	161.016
RIO PCH I	94.726	-	-	-	6.595	-	(5.337)	95.984
BAHIA PCH I	97.527	17.870	-	-	12.030	-	(4.854)	122.573
SE NARANDIBA	16.055	5.000	-	-	2.602	-	(47)	23.610
AGUAS DA PEDRA	160.128	-	-	-	21.067	-	44	181.239
TERMOAÇU	193.858	-	-	-	3.160	-	-	197.018
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.860	23.209	-	-	(34)	-	-	28.035
NC ENERGIA	15.754	-	(1.886)	-	31.436	-	(13)	45.291
NEOSERV	83	-	(21)	-	38	-	(9)	91
GARTER	40	-	-	-	(1)	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	37.202	-	-	-	7.933	-	(4.743)	40.392
AFLUENTE TRANSMISSÃO	71.378	-	-	-	12.490	-	(13.245)	70.623
BELO MONTE PART.	207.419	-	-	-	(1.007)	-	-	206.412
ENERGY WORKS	161.164	-	-	-	9.760	(2.849)	(13.751)	154.324
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	190.860	-	-	-	(17.858)	-	-	173.002
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	16	210.415	-	-	1.971	-	-	212.402
TOTAL	**7.558.785**	**257.264**	**(1.907)**	**77.909**	**846.725**	**(72.624)**	**(579.474)**	**8.086.678**

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e consolidado está composto da seguinte forma:

	Controladora				
	30/09/12				31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	28.345	(2.318)	26.027	26.880
Máquinas e equipamentos	10%	792	(676)	116	163
Veículos	20%	117	(97)	20	31
Móveis e utensílios	10%	409	(320)	89	111
		29.663	(3.411)	26.252	27.185
Em curso					
Terrenos		78		78	78
Máquinas e equipamentos		243		243	-
Outros		5		5	5
		326		326	83
Total		29.989	(3.411)	26.578	27.268

	Consolidado				
	30/09/12				31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					Reclassificado
Terrenos		73.025	-	73.025	65.180
Reservatórios, barragens e adutoras		1.301.606	(105.238)	1.196.368	1.302.188
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	689.911	(168.940)	520.971	517.385
Máquinas e equipamentos	5%	1.980.493	(468.586)	1.511.907	1.489.175
Veículos	20%	2.170	(1.450)	720	1.274
Móveis e utensílios	9%	5.872	(2.510)	3.362	3.116
Outros		23	(23)	-	-
		4.053.100	(746.747)	3.306.353	3.378.318
Em curso					
Terrenos		6.090	-	6.090	140
Reservatórios, barragens e adutoras		11.592	-	11.592	108.013
Edificações, obras civis e benfeitorias		412.838	-	412.838	2.010
Máquinas e equipamentos		154.909	-	154.909	55.757
Veículos		519	-	519	-
Móveis e utensílios		1.132	-	1.132	876
Material em depósito		23.129	-	23.129	21.290
Outros		367.219	-	367.219	166.447
		977.428	-	977.428	354.533
Total		5.030.528	(746.747)	4.283.781	3.732.851

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A mutação do ativo imobilizado consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço			Em curso		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.988.687	(610.369)	3.378.318	354.533	354.533	3.732.851
Adições	38	(4.421)	(4.383)	647.307	647.307	642.924
Baixas	(4.599)	4.088	(511)	-	-	(511)
Amortização	-	(91.340)	(91.340)	-	-	(91.340)
Transferências	68.974	(44.705)	24.269	(24.412)	(24.412)	(143)
Saldos em 30 de setembro de 2012	4.053.100	(746.747)	3.306.353	977.428	977.428	4.283.781

16. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba e Afluente G (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à

utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 17).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.177.092
Adições	11.288
Baixas	(1.046)
Amortização/reversão	(23.743)
Transferências	1.038.336
Atualização monetária / valor justo	157.742
Saldos em 30 de setembro de 2012	2.359.669
Circulante	33.026
Não circulante	2.326.643

As concessões das controladas não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

17. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da controladora e consolidado está constituído da seguinte forma:

		Controladora				
		30/09/2012				31/12/11
	Ref	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso de software		20%	431	(232)	199	239
Outros	(a)		48.457	(3.337)	45.120	46.550
			48.888	(3.569)	45.319	46.789
Em curso						
Outros	(a)		5.322		5.322	9.310
			5.322		5.322	9.310
Total			54.210	(3.569)	50.641	56.099

(a) Corresponde gastos com estudos e projetos realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

	Consolidado					
	30/09/12					31/12/11
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,28	8.698.621	(2.667.985)	(435.047)	5.595.589	5.815.059
Ágio atribuído a concessão	4,57	2.352	-	-	2.352	2.352
Direito de uso de software	19,61	3.688	(2.170)	-	1.518	2.038
Outros		50.783	(4.583)	-	46.200	47.856
		8.755.444	(2.674.738)	(435.047)	5.645.659	5.867.305
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.007.606	-	66.713	1.074.319	1.010.967
Direito de uso de software		343	-	-	343	248
Outros		24.784	-	-	24.784	29.724
		1.032.733	-	66.713	1.099.446	1.040.939
Total		9.788.177	(2.674.738)	(368.334)	6.745.105	6.908.244

A movimentação do ativo intangível consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Reclassificado)	8.948.081	(2.515.053)	(565.723)	5.867.305	950.081	90.858	1.040.939	6.908.244
Adições	-	-	-	-	1.434.373	(163.112)	1.271.261	1.271.261
Baixas	(314.566)	237.167	-	(77.399)	(1.544)	-	(1.544)	(78.943)
Amortização	-	(399.898)	74.840	(325.058)	-	-	-	(325.058)
Transferências - intangiveis	938.210	-	(62.838)	875.372	(946.020)	62.838	(883.182)	(7.810)
Transferências - ativos financeiros	(815.270)	-	118.366	(696.904)	(408.044)	66.612	(341.432)	(1.038.336)
Transferências - outros	(1.011)	3.046	308	2.343	3.887	9.517	13.404	15.747
Saldos em 30 de setembro de 2012	8.755.444	(2.674.738)	(435.047)	5.645.659	1.032.733	66.713	1.099.446	6.745.105

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide nota explicativa nº 16).

A Resolução Normativa ANEEL n◦ 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição e no valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos das controladas era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infra-estrutura que as controladas esperam receber como indenização ao final do período da concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide Nota 16),

sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31%, na Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na Coelba e Cosern, a partir de abril de 2008 e na Celpe, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

O Grupo avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

18. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
				Reclassificado
Energia elétrica:	-	-	475.121	410.970
Encargos de uso da rede	-	-	73.328	66.797
Materiais e serviços	1.860	2.422	386.196	332.346
Energia livre	-	-	62.838	59.933
Total	1.860	2.422	997.483	870.046
Circulante	1.860	2.422	931.920	808.887
Não circulante	-	-	65.563	61.159

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 43739912010401340 0/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

		Consolidado					
	Taxa	Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Efetiva	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/09/12	31/12/11 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	90	-	11.833	1.820	13.743	21.992
		90	-	11.833	1.820	13.743	21.992
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.797	-	104.879	357.286	463.962	525.773
(-) Custos de transação	3,21% a.a.	-	-	(1.093)	(2.135)	(3.228)	(4.172)
		1.797	-	103.786	355.151	460.734	521.601
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	80	-	26.884	73.932	100.896	121.108
(-) Custos de transação		-	-	(111)	(131)	(242)	(348)
		80	-	26.773	73.801	100.654	120.760
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	12.773	1.226	261.058	445.210	720.267	784.752
	2,12% a 3,12% a.a.	12.773	1.226	261.058	445.210	720.267	784.752
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	5.093	-	213.579	1.587.565	1.806.237	1.549.963
(-) Custos de transação	3,12% a 4,30% a.a.	-	-	(32)	(22)	(54)	(2.388)
		5.093	-	213.547	1.587.543	1.806.183	1.547.575
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	936	-	37.011	192.006	229.953	239.797
(-) Custos de transação		-	-	(229)	(907)	(1.136)	(725)
		936	-	36.782	191.099	228.817	239.072
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	205	-	19.608	87.084	106.897	117.491
(-) Custos de transação	5,27% a.a.	-	-	(223)	(433)	(656)	(809)
		205	-	19.385	86.651	106.241	116.682
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	81.265	48.544	95.384	878.810	1.104.003	1.006.899
(-) Custos de transação	1% a.a. / 99,5% CDI	-	-	(2.639)	(3.116)	(5.755)	(8.317)
Operações com swap		-	-	-	(34.722)	(34.722)	(17.922)
		81.265	48.544	92.745	840.972	1.063.526	980.660
Banco do Brasil	98,5 % CDI	13.281	-	-	75.000	88.281	87.141
(-) Custos de transação		-	-	(598)	(171)	(769)	(1.190)
		13.281	-	(598)	74.829	87.512	85.951
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	19.975	-	-	400.000	419.975	408.224
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(2.228)	(3.093)	(3.627)
		19.975	-	(865)	397.772	416.882	404.598
Outros	TR +1,6% a.a. /TR + 2,1 % /	-	-	16	21	37	52
	5,5% a.a.	-	-	16	21	37	52
Total moeda nacional		**135.495**	**49.770**	**764.462**	**4.054.869**	**5.004.596**	**4.823.695**
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	61	-	1.315	4.876	6.252	6.205
Operações com swap		-	-	7	(541)	(534)	334
		61	-	1.322	4.335	5.718	6.539
	Libor + 1,875% a.a 106,75%,						
	107,25%, 101,61%,	2.053					
Títulos Externos	101,72%, 103,27%,		-	5.606	299.046	306.705	273.156
Operações com swap	100,40%, 102,87% do CDI	-	-	13.575	(31.022)	(17.447)	9.214
		2.053	-	19.181	268.024	289.258	282.370
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a	185	-	(116)	18.941	19.010	16.456
Operações com swap		-	-	(3.986)	-	(3.986)	(1.731)
		185	-	(4.102)	18.941	15.024	14.725
Banco Tokio	110% CDI	-	-	371	119.155	119.526	-
Operações com swap		-	-	-	1.419	1.419	-
		-	-	371	120.574	120.945	-
Total moeda estrangeira		**2.299**	**-**	**16.772**	**411.874**	**430.945**	**303.634**
Total		**137.794**	**49.770**	**781.234**	**4.466.743**	**5.435.541**	**5.127.329**

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos no exercício:

Coelba
Eletrobrás – Em 10/01/2012 a Companhia assinou o Contrato de Financiamento nº ECFS – 324/2011 (7ª Tranche) para financiar parte dos investimentos realizados no âmbito do Programa Luz Para Todos, através da Reserva Global de Reversão – RGR. Neste ano foi liberado o montante de R$ 30.514.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Controlada recebeu o montante de R$ 3.516 no 3º trimestre de 2012 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Controlada recebeu no segundo e terceiro trimestres de 2012 os montantes de R$ 70.000 e R$ 175.000, respectivamente, para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

Celpe
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: A Controlada recebeu no ano o volume de R$ 113.610 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento Nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março de 2011 e agosto de 2012.

Cosern
IngressoS de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES nos montantes de R$ 40.978, no 2º e 3 trimestres, respectivamente, para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo, assinado em março de 2009 e aditado em março de 2011 e agosto de 2012.

Termope
Em 21 de maio de 2012, a controlada realizou captação de recursos no montante de R$ 120.000, para pré-pagamento de sua dívida com o BNDES e cobertura de caixa. A captação foi realizada em moeda estrangeira junto ao Banco Tokyo-Mitsubishi, com swap para taxa de 110% do CDI, prazo de 5 anos, pagamento de principal ao final do contrato, pagamentos de juros trimestrais. A operação tem garantia da Neoenergia prestada na forma de fiança e aval.

Cia. Telespires
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R$ 450.000 este para financiar parte dos investimentos na UHE Teles Pires, provenientes do Contrato de Financiamento empréstimo ponte Nº 11.2.1225.1 assinado em 14 dezembro de 2011 e aditado em 13 junho de 2012, sendo esta amortização bullet.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os títulos externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de setembro de 2012 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/12			31/12/11		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2013	151.901	(1.354)	150.547	430.946	27.935	458.881
2014	1.199.260	(4.172)	1.195.088	1.094.495	29.345	1.123.840
2015	986.737	(2.184)	984.553	876.467	31.513	907.980
2016	853.487	(827)	852.660	731.478	33.094	764.572
2017	482.169	(316)	481.853	239.197	37.348	276.545
Após 2017	852.103	(291)	851.812	483.085	300.347	783.432
Total	4.525.657	(9.144)	4.516.513	3.855.668	459.582	4.315.250

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	780.955	4.042.740	31.124	272.510	5.127.329
Ingressos	82.609	476.908	-	120.000	679.517
Encargos	263.254	44.313	6.728	1.270	315.565
Variação monetária e cambial	-	-	512	23.818	24.330
Swap	-	(9.092)	4.776	(14.393)	(18.709)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	95	(4.862)	6.987	2.220
Transferências	415.756	(422.777)	(2.577)	2.577	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(648.690)	(28.202)	(16.630)	(895)	(694.417)
(-) Custos de transação	6.073	654	-	-	6.727
Saldos em 30 de setembro de 2012	899.957	4.104.639	19.071	411.874	5.435.541

20. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para as debêntures foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							30/09/12				31/12/11
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	225	6.465	5.361	12.051	17.470
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	15.673	13.802	29.475	40.398
							225	22.138	19.163	41.526	57.868
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		5.379	78.641	117.997	202.017	238.116
	(-) Custos de transação						-	(268)	(141)	(409)	(705)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável.	5.379	78.373	117.856	201.608	237.411
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		1.830	80.000	-	81.830	80.280
	(-) Custos de transação						-	(26)	-	(26)	(95)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.830	79.974	-	81.804	80.185
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI	15,27% a.a	Não aplicável	1.307	97.959	-	99.266	199.690
	(-) Custos de transação						-	(280)	-	(280)	(808)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.307	97.679	-	98.986	198.882
	3ª Emissão	Única	-	105% do CDI	13,67% a.a	Não aplicável	-	-	-	-	83.289
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(76)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	-	-	83.213
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI	14,65%	Não aplicável	13.842	7	352.201	366.050	360.352
	(-) Custos de transação						-	(312)	(778)	(1.090)	(1.324)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							13.842	(305)	351.423	364.960	359.028
COSERN	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,6% a.a		Não aplicável	2.444	35.738	53.620	91.802	108.210
	(-) Custos de transação						-	(200)	(104)	(304)	(529)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							2.444	35.538	53.516	91.498	107.681
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a		Não aplicável	1.032	105.000	139.000	245.032	318.177
	(-) Custos de transação						-	(392)	(524)	(916)	(1.176)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							1.032	104.608	138.476	244.116	317.001
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			7.358	10	187.756	195.124	192.097
	(-) Custos de transação						-	(159)	(399)	(558)	(677)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
						Não aplicável	7.358	(149)	187.357	194.566	191.420
TELES PIRES	1ª Emissão			CDI + 0,7% a.a.		Não aplicável	-	-	668.471	668.471	-
	(-) Custos de transação						-	-	3.217	3.217	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							-	-	671.688	671.688	-
Total							33.417	417.856	1.539.479	1.990.752	1.632.689

a) Captações de recursos no exercício:

Telespires Participação

1º Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS – montante de R$ 650.000 para financiamento parte dos investimentos na UHE Teles Pires, proveniente do instrumento particular da primeira emissão privada de debêntures simples, assinado em maio de 2012, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a. e juros pagos semestralmente a partir de novembro de 2015. Foram dadas como garantia, a garantia fidejussória da fiadora Neoenergia e como garantia real a conta reserva a ser mantida pela emissora.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado financeiro maior ou igual a 2.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de setembro de 2012 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/09/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2013	93.131	(301)	92.830	417.426	(1.413)	416.013
2014	236.649	(1.054)	235.595	243.218	(1.014)	242.204
2015	229.684	(374)	229.310	216.648	(365)	216.283
2016	272.184	(188)	271.996	216.648	(241)	216.407
2017	162.106	(29)	162.077	108.324	(67)	108.257
Após 2017	547.671	-	547.671	-	-	-
Total	1.541.425	(1.946)	1.539.479	1.202.264	(3.100)	1.199.164

d) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	433.525	1.199.164	1.632.689
Ingressos	-	650.000	650.000
Encargos	104.907	21.688	126.595
Variação monetária e cambial	430	68	498
Swap	2.485	2.712	5.197
Efeito cumulativo marcação a mercado	(274)	(8)	(282)
Transferências	335.281	(335.281)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(427.728)	-	(427.728)
(-) Custos de transação	2.647	1.136	3.783
Saldos em 30 de setembro de 2012	451.273	1.539.479	1.990.752

21. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	30/09/12	31/12/11
Salários	12.422	11.496
Encargos sociais	10.676	7.440
Provisões férias e 13° salário	43.964	26.091
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário	9.187	8.549
Provisão PLR	22.492	10.873
Outros	1.240	990
Total	99.981	65.439

22. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

		Consolidado	
	Ref.	30/09/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		35.327	22.020
Conta de Consumo de Combustível – CCC		22.592	38.123
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		6.253	5.640
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.266	4.189
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.457	1.304
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	79.317	80.132
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	27.036	21.073
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.650	1.682
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		861	2.798
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		4.695	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		3.707	2.448
Total		187.161	187.132
Passivo circulante		117.526	109.130
Passivo não circulante		69.635	78.002

(a) A Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquidos dos valores aplicados mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Circulante				
Imposto de Renda - IR	4.577	11.235	99.293	22.909
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	350	-	102.077	8.701
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	1	1	173.593	188.616
Programa de Integração Social - PIS	158	1.055	14.321	15.880
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.237	4.861	65.819	72.037
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	598	100	15.218	12.506
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1	9	2.325	2.510
IOF	124	121	132	121
Imposto sobre Serviços - ISS	7	10	7.773	7.432
Parcelamento de Tributos	13	30	16	871
Outros	-	-	11.987	11.058
	7.066	17.422	492.554	342.641
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	7.275
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	3.362	2.361
Programa de Integração Social - PIS	-	-	306	292
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	429	415
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	115
	-	-	9.718	10.458
Total	7.066	17.422	502.272	353.099

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos e a recolher quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e serão compensados com os saldos de impostos e contribuições a compensar quando da entrega da declaração anual do imposto de renda (vide nota explicativa nº 10).

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e Ata da Assembleia Geral Ordinária, foram aprovadas as declarações de juros sobre capital próprio e dividendos, referentes ao período até 30 de setembro de 2012, da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2012			
RCA de março de 2012	JSCP	78.985	0,013500242
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	194.023	0,033162719
RCA de 29 de junho de 2012	JSCP	56.893	0,009724242
RCA de 31 de agosto de 2012	Dividendos	249.600	0,042662027
RCA de 28 de setembro de 2012	JSCP	45.781	0,007825037
		625.282	

A formação dos saldos é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2011	133.910
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	625.282
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(13.894)
Pagos no período	(703.018)
Saldos em 30 de setembro de 2012	42.280

25. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	119.533	85.050	101.737	12.197	318.517
Constituição	32.342	30.983	745	77	64.147
Baixas/reversão	(31.531)	(36.044)	(68)	(360)	(68.003)
Remuneração	15.784	9.210	3.653	150	28.797
Saldos em 30 de setembro de 2012	136.128	89.199	106.067	12.064	343.458

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência trabalhista	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/12	Valor provisionado 31/12/11
Ex-empregados da companhia		59.211	1ª, 2ª e 3ª	Provável	59.211	48.096
		233.251	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		164.551	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras		62.443	1ª, 2ª e 3ª	Provável	62.443	57.606
		226.198	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		69.727	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		14.474	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14.474	13.831
		45.928	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		20.904	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		896.687			136.128	119.533

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência cível	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/12	Valor provisionado 31/12/11
Clientes – tarifas plano cruzado	(a)	16.770	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16.770	17.638
		2.702	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.637	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	38.312	1ª, 2ª e 3ª	Provável	38.312	38.325
		799.963	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		24.441	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	8.740	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.740	10.176
		70.249	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.265	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	4.790	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.790	3.402
		63.382	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		16.545	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		8.230	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.230	6.910
		85.366	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.355	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		16	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16	14
		6.419	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		88	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		5.026	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.447	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.757	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.757	1.107
		5.811	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		528	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		705	1ª, 2ª e 3ª	Provável	705	2.382
		73	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		953	1ª, 2ª e 3ª	Provável	953	16
		28.453	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	8.926	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.926	5.080
		448.129	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		97.831	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.760.915			89.199	85.050

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

(e) Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência fiscal	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/12	Valor provisionado 31/12/11
ICMS	(a)	1.001	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.001	895
		466.688	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.535	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.535	2.432
		49.994	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.108	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(c)	3.015	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.801	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		69.113	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9.127	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	3
		3.103	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.661	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	17.995	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS		88.628	1ª, 2ª e 3ª	Provável	88.628	85.778
	(g)	86.234	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	444	1ª, 2ª e 3ª	Provável	444	433
		28.700	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.914	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		1.013.324	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		268.223	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	9.098	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.098	8.614
		988	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		37	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	2.347	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		275	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	5.047	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		455	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas	(m)	7.188	Administrativa	Possível	-	-
		4.328	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(n)	4.777	Judicial	Possível	-	-
Outras	(o)	3.683	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.683	2.908
		52.418	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.671	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.246.599			106.067	101.737

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS - Na Cosern referem-se a diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

Na Celpe refere-se à (i) autos de infração contra a Companhia decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Celpe reconheceu o crédito e impugnou o auto de infração; (ii) auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Celpe não reconheceu o débito e impugnou o auto de infração; (iii) autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções; e (iv). auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

Na Coelba, refere-se à (i) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício; (ii) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa; (iii) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação; e (iv) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação

administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(b) ISS – Na Coelba refere-se a autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Coelba entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. Na Celpe, refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) CPMF – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) CSLL – Na Coelba, refere-se ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(e) IPTU – Na Coelba refere-se a demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) REFIS – Refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) PIS/COFINS – Coelba - correspondem a (i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Coelba apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais –

CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal; (ii) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(h) COFINS – Refere-se ao processo judicial onde a Cosern busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) IRPJ - Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente

aos casos em que a Coelba não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços

(k) ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA contra a Coelba cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Coelba protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações

(l) CIDE - Autos de infração lavrados pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Coelba apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) Taxas diversas – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) Incentivo Fiscal Sudene – Coelba - corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(o) Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência ambiental	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/12	Valor provisionado 31/12/11
Licença ambiental		12.064	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.064	12.197
		18.009	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		30.075			12.064	12.197

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação da UHE Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos,

regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado	
	Ref	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(a)	58.635	67.506
Empregados - adiantamento acordo coletivo		22	45
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	9.748	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.100	6.548
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	293
Convênios		2.752	169
Caução em garantia	(c)	96.777	63.050
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.829	1.868
Taxa iluminação pública - TIP	(d)	8.847	8.466
Adiantamentos recebidos	(e)	60.132	45.759
Devolução recursos - ELETROBRÁS	(f)	-	70.189
Outras		13.253	15.777
Total		**258.724**	**293.152**
Circulante		200.197	256.090
Não circulante		58.527	37.062

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(f) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos, o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos a serem devolvidos estão atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado dos nove meses, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2012, os valores de R$ 119.391, R$ 0, R$ 39.598, R$ 31.583 e R$ 0 (R$ 112.001, R$ 32.765, R$ 18.877, R$ 16.398 e R$ 13.030 em 30 de setembro de 2011, respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no lucro da exploração. Em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 30 de setembro de 2012, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 5.551.907 (R$ 5.551.907 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

28. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolida por natureza e suas deduções:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Arrendamentos e aluguéis	874	881	2.555	2.208
Total receita bruta	874	881	2.555	2.208
(-) Deduções da receita bruta	(81)	-	(236)	-
Total receita operacional líquida	793	881	2.319	2.208

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos	
	Ref.	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Fornecimento de energia elétrica	(a)	1.535.151	1.433.855	4.540.437	3.728.010
Receita de operação e manutenção		1.447.022	1.401.580	4.278.825	3.640.444
Remuneração financeira wacc		88.129	32.275	261.612	87.566
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	78.123	7.375	119.988	62.035
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.794.390	1.740.765	5.613.883	5.217.823
Receita de operação e manutenção		1.767.463	1.732.686	5.541.908	5.193.860
Remuneração financeira wacc		26.927	8.079	71.975	23.963
Receita de concessão		7.865	6.582	23.057	18.867
Receita de construção da infraestrutura da concessão		540.329	357.445	1.291.251	960.314
Outras receitas	(d)	52.839	48.288	141.743	120.649
Total receita bruta		4.008.697	3.594.310	11.730.359	10.107.698
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(1.091.017)	(1.068.680)	(3.409.684)	(3.092.352)
Total		2.917.680	2.525.630	8.320.675	7.015.346

(a) Fornecimento de energia - A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
					Períodos de três meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.324.872	8.136.485	2.647.047	2.608.943	1.201.525	1.086.019
Industrial	37.416	39.069	1.218.853	1.583.485	436.504	511.497
Comercial	590.257	585.969	1.388.931	1.373.892	701.607	655.275
Rural	432.715	435.970	627.476	564.141	140.914	123.628
Poder público	80.773	79.887	350.376	333.698	165.002	153.142
Iluminação pública	27.173	26.432	338.933	329.134	79.990	73.990
Serviço público	14.086	12.971	420.948	399.544	125.300	108.888
Consumo próprio	742	674	8.928	7.575	-	-
Suprimento	141	23.316	2.128.547	2.194.399	239.855	309.004
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(12.291)	(23.883)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(1.689.642)	(1.666.032)
	9.508.175	9.340.773	9.130.039	9.394.811	1.388.764	1.331.528
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	146.387	102.327
Total	9.508.175	9.340.773	9.130.039	9.394.811	1.535.151	1.433.855

(*) Informações não auditadas

	Consolidado					
					Períodos de nove meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.324.872	8.136.485	8.337.252	8.058.989	3.777.216	3.217.539
Industrial	37.416	39.069	3.739.829	4.634.564	1.292.045	1.418.761
Comercial	590.257	585.969	4.426.694	4.267.373	2.170.806	1.938.565
Rural	432.715	435.970	1.792.575	1.445.915	397.761	317.470
Poder público	80.773	79.887	1.101.564	1.035.493	498.938	442.422
Iluminação pública	27.173	26.432	1.007.732	986.466	234.974	214.387
Serviço público	14.086	12.971	1.269.398	1.192.155	360.290	310.497
Consumo próprio	742	674	25.345	23.875	-	-
Suprimento	141	23.316	6.264.448	5.864.707	692.850	564.113
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(2.999)	(2.884)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(5.314.285)	(5.005.640)
	9.508.175	9.340.773	27.964.837	27.509.537	4.107.596	3.415.230
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	432.841	312.780
Total	9.508.175	9.340.773	27.964.837	27.509.537	4.540.437	3.728.010

(*) Informações não auditadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE - Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição - A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Tarifa de uso do sistema elétrico de distribuição		-	-	-	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		104.748	74.734	299.599	212.183
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	1.689.642	1.666.031	5.314.284	5.005.640
Total		1.794.390	1.740.765	5.613.883	5.217.823

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "tusd média" calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	7.906	9.888	16.894	21.466
Arrendamentos e aluguéis	16.254	12.876	45.664	35.768
Serviço taxado	6.066	2.766	15.326	7.935
Taxa de iluminação pública	4.092	3.521	12.280	11.034
Administração de faturas de fraudes	(2.768)	2.004	(6.783)	1.722
Comissão serviço terceiros	992	1.062	3.043	3.612
Multa infração consumidor	376	3.595	5.990	8.937
Outras receitas	19.921	12.576	49.329	30.175
Total	52.839	48.288	141.743	120.649

(e) Deduções da receita bruta - As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
IMPOSTOS:				
PIS	(17)	-	(41)	-
COFINS	(64)	-	(195)	-
Total	(81)	-	(236)	-

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
Deduções da receita bruta	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Impostos:				
ICMS	(633.685)	(594.804)	(1.947.761)	(1.726.418)
PIS	(57.036)	(53.682)	(184.799)	(154.650)
COFINS	(261.847)	(247.980)	(800.504)	(713.343)
ISS	(2.573)	(2.401)	(7.269)	(6.046)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(33.099)	(24.650)	(94.376)	(72.631)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(18.886)	(17.013)	(56.619)	(51.015)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(53.555)	(100.144)	(222.865)	(288.071)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(9.682)	(8.780)	(33.688)	(25.609)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(3.871)	(3.507)	(11.758)	(10.228)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.935)	(1.754)	(5.879)	(5.114)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.047)	(7.229)	(20.934)	(19.469)
Encargos do consumidor - PROINFA	(1.237)	(978)	(3.318)	(2.926)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	(5.806)	(5.260)	(17.637)	(15.341)
Outros	(758)	(498)	(2.277)	(1.491)
Total	(1.091.017)	(1.068.680)	(3.409.684)	(3.092.352)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
Despesas	30/09/2012	30/09/11	30/09/2012	30/09/11
Pessoal	(654)	230	(1.428)	(662)
Administradores	(3.277)	(1.324)	(4.823)	(3.727)
Entidade de previdência privada	(65)	(58)	(175)	(169)
Material	(1)	(27)	(25)	(42)
Serviços de terceiros	(916)	(4.318)	(2.929)	(5.973)
Depreciação e amortização	(792)	(712)	(2.403)	(2.404)
Arrendamentos e aluguéis	(16)	(5)	(102)	(43)
Tributos	(16)	(3)	(59)	(104)
Provisões líquidas - sontingências	88	-	88	-
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	-	42
Outros	(114)	3.173	(2.015)	(911)
Total das despesas	(5.763)	(3.044)	(13.871)	(13.993)

	Consolidado				
				Períodos de três meses findos em	
	30/09/12				30/09/11
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(48.218)	(29.574)	(48.208)	(126.000)	(104.359)
Administradores	-	-	(5.021)	(5.021)	(3.260)
Entidade de previdência privada	(2.554)	(1.354)	(3.552)	(7.460)	(5.647)
Material	(7.066)	(454)	(729)	(8.249)	(8.604)
Combustível para produção de energia	(47.889)	-	-	(47.889)	(51.968)
Serviços de terceiros	(90.352)	(74.000)	(42.155)	(206.507)	(155.012)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(4.451)	(1.030)	-	(5.481)	(5.064)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(78)	-	-	(78)	(243)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(957)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(1.551)	-	-	(1.551)	(568)
Energia elétrica comprada para revenda	(990.675)	-	-	(990.675)	(811.498)
Encargos de uso do sistema transmissão	(162.366)	-	-	(162.366)	(144.530)
Depreciação e amortização	(116.279)	(17.569)	(8.121)	(141.969)	(138.002)
Arrendamentos e alugueis	(1.446)	(301)	(1.944)	(3.691)	(2.587)
Tributos	(772)	(128)	(752)	(1.652)	(820)
Provisões líquidas - PCLD	(60.391)	(15.581)	109	(75.863)	(48.747)
Perdas conta a receber/consumidores	(12.992)	(37.287)	-	(50.279)	(20.648)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(4.236)	(4.236)	(3.271)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(540.329)	-	-	(540.329)	(357.445)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.739)	(3.739)	2.006
Outros	(4.561)	(2.629)	(17.161)	(24.351)	(14.198)
Total custos / despesas	(2.091.970)	(179.907)	(135.509)	(2.407.386)	(1.875.422)

	Consolidado				
				Períodos de nove meses findos em	
	30/09/12				30/09/11
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(132.477)	(81.584)	(141.766)	(355.827)	(327.275)
Administradores	(471)	-	(10.756)	(11.227)	(10.407)
Entidade de previdência privada	(7.548)	(3.150)	(6.931)	(17.629)	(16.480)
Material	(18.106)	(1.403)	(1.948)	(21.457)	(22.592)
Combustível para produção de energia	(155.833)	-	-	(155.833)	(129.553)
Serviços de terceiros	(228.867)	(209.651)	(120.934)	(559.452)	(414.955)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(13.011)	(3.034)	-	(16.045)	(15.047)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(28)	-	-	(28)	(567)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(830)	-	-	(830)	(957)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(10.398)	-	-	(10.398)	(5.243)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.897.926)	-	-	(2.897.926)	(2.300.830)
Encargos de uso do sistema transmissão	(457.839)	-	-	(457.839)	(393.488)
Depreciação e amortização	(342.357)	(55.566)	(24.213)	(422.136)	(405.465)
Arrendamentos e alugueis	(4.058)	(760)	(5.642)	(10.460)	(8.233)
Tributos	(1.786)	(2.225)	(2.600)	(6.611)	(5.759)
Provisões líquidas - PCLD	(212.513)	(83.027)	-	(295.540)	(60.885)
Perdas conta a receber/consumidores	(40.271)	(86.292)	-	(126.563)	(59.015)
Provisões líquidas - contingências	(149)	-	(13.260)	(13.409)	(13.268)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(1.291.251)	-	-	(1.291.251)	(960.314)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(9.716)	(9.716)	274
Outros	(12.777)	(7.620)	(41.881)	(62.278)	(56.398)
Total custos / despesas	(5.828.496)	(534.312)	(379.647)	(6.742.455)	(5.206.457)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
Receita Financeira	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda de aplicações financeiras	53.795	85.422	191.358	240.415
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.184	10.577	8.184	10.577
Outras receitas financeiras	(5.974)	(7.311)	-	-
Total	56.005	88.688	199.542	250.992

	Controladora			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
Despesa Financeira	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Outras despesas financeiras	(1.760)	(7.980)	(5.305)	(24.301)
Total	(1.760)	(7.980)	(5.305)	(24.301)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
Receita Financeira	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda de aplicações financeiras	88.499	122.176	276.765	343.529
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	50.938	45.592	138.553	116.191
Variação monetária	15.346	47.397	58.519	107.994
Variação cambial	3.368	771	31.936	27.947
Operações swap	8.959	39.064	66.350	54.267
Outras receitas financeiras	(13.390)	(1.031)	19.665	15.646
Total	153.720	253.969	591.788	665.574

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos		Períodos de nove meses findos	
Despesa financeira	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Encargos de dívida	(135.150)	(164.426)	(402.227)	(383.153)
Variação monetária	(29.198)	(37.545)	(75.003)	(119.352)
Variação cambial	(4.961)	(51.135)	(64.169)	(54.563)
Operações swap	(11.310)	(12.284)	(60.170)	(71.642)
Multas regulatórias	(8.151)	(13.434)	(37.886)	(41.261)
Outras despesas financeiras	2.790	(2.044)	(45.543)	(59.983)
Total	(185.980)	(280.868)	(684.998)	(729.954)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Controladora

			30/09/12			31/12/11		30/09/11
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Dividendos	250.609	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	25.001	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-
		Aluguel/Comodato	83	-	-	78	11	-
			253.094	45	-	27.481	11	-
CELPE		Dividendos	52.019	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	20.083	-	-	20.083	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	1.860	-	-	1.081	-	-
		Aluguel/Comodato	50	-	-	47	-	-
			74.012	-	-	21.211	-	-
COSERN		Dividendos	25.744	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.411	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	363	-	-	201	-	-
		Aluguel/Comodato	17	-	-	17	-	-
			26.124	-	-	4.629	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos	29.880	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	6.073	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			29.880	-	-	6.075	-	-
TERMOAÇU		Aluguel/Comodato	257	-	-	-	-	-
			257	-	-	-	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2.117	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	2.921	-	-	1.356	-	-
		Aluguel/Comodato	66	-	-	62	-	-
			2.987	-	-	3.535	-	-
GERAÇÃO CIII		Dividendos	21.407	-	-	5.352	-	-
			21.407	-	-	5.352	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	29.252	-	-	29.238	-	-
		Aluguel/Comodato	33	-	-	31	-	-
		Outros	1	10	-	343	22	-
			29.286	10	-	29.612	22	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	13	-	-	2	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	4.700	-	-	2.802	-	-
			4.715	-	-	2.804	-	-
GARTER	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos	9.695	-	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	2.210	-	-	2.210	-	-
			11.905	-	-	2.210	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	15.218	-	-	10.364	-	-
	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	20.970	-	-
			15.218	-	-	31.334	-	-
BAHIA PCH II		Outros	2.168	-	-	2.153	-	-
			2.168	-	-	2.153	-	-
BAHIA PCH III		Outros	1.207	-	-	1.207	-	-
			1.207	-	-	1.207	-	-
RIO PCH I		Dividendos	7.524	-	-	2.186	-	-
			7.528	-	-	2.186	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Juros sobre capital próprio	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
GOIAS SUL	(a)	Adiantamento - AFAC	750	-	-	750	-	-
			750	-	-	750	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	Adiantamento - AFAC	1.380	-	-	711	-	-
		Outros	7	-	-	2	-	-
			1.387	-	-	713	-	-
SE NARANDIBA		Dividendos	63	-	-	16	-	-
	(b)	Contrato de mútuo	6.165	-	-	5.693	-	-
	(a)	Adiantamento - AFAC	3.200	-	-	-	-	-
			9.428	-	-	5.709	-	-

Controladora

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/12 Ativo	30/09/12 Passivo	30/09/12 Resultado	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	30/09/11 Resultado
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	-	-	-	1.572	-	-
			-	-	-	1.572	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	-	-	-	4.415	-	-
		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	4.417	-	-
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES		Juros sobre capital próprio	-	-	-	4.765	-	-
			-	-	-	4.765	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	-	-	-	9.657	-	-
			-	-	-	9.657	-	-
CIA. TELES PIRES		Outros	-	-	-	-	1.000	-
			-	-	-		1.000	-
ENERGY WORKS		Dividendos	18.335	-	-	4.584	-	-
			18.335	-	-	4.584	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Outros	81	-	-	-	-	-
			81	-	-	-	-	-
CALANGO 1	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 2	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	660	-	-
			-	-	-	660	-	-
CALANGO 3	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 4	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
CALANGO 5	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	508	-	-
			-	-	-	508	-	-
MEL 2	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	7.823	-	-
			-	-	-	7.823	-	-
ARIZONA 1	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	914	-	-
			-	-	-	914	-	-
CAETITÉ 1	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
CAETITÉ 2	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	3.256	-	-
			-	-	-	3.256	-	-
CAETITÉ 3	(b)	Contrato de mútuo	-	-	-	1.421	-	-
			-	-	-	1.421	-	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Juros sobre capital próprio	-	10.181	-	-	32.253	-
			-	10.181	-	-	32.253	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	15.177	-	-	48.068	-
			-	15.177	-	-	48.068	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	4.667	-	-	14.774	-
			-	4.667	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	12.255	-	-	38.815	-
			-	12.255	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-

Resumos dos saldos das operações

	30/09/12 Ativo	30/09/12 Passivo	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo
Dividendos	459.759	-	67.386	-
Juros sobre capital próprio	22.293	42.280	64.662	133.910
Contrato de Mútuo	6.165	-	44.342	-
Debêntures - Aplicação / Emissão	5.144	-	2.638	-
Adiantamento - AFAC	12.432	-	6.667	-
Aluguel/Comodato	506	-	235	11
Outros	3.485	55	3.726	1.022
	509.784	42.335	189.656	134.943

Consolidado

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/12 Ativo	30/09/12 Passivo	30/09/12 Resultado	31/12/11 Ativo	31/12/11 Passivo	30/09/11 Resultado
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	827	-
	(e)	Aplicações financeiras	93.556	-	-	252.232	-	-
	(d)	Empréstimos e financiamentos	-	290.209	(22.864)	-	254.217	-
			93.556	290.209	(22.864)	252.232	255.044	-
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	6.837	-	-	(715)
			-	-	6.837	-	-	(715)
Celpos	(c)	Contrato de mútuo	-	-	-	-	147.277	(8.276)
		Contribuição patronal	-	-	-	-	147.456	(793)
			-	-	-	-	294.733	(9.069)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.446	-	-	156	-
		Juros sobre capital próprio	-	10.181	-	-	33.778	(168)
			-	11.627	-	-	33.934	(168)
Iberdrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	380	(34.023)	-	-	(29.748)
		Dividendos	-	5.361	-	-	579	-
		Juros sobre capital próprio	-	15.177	-	-	51.335	(649)
		Reembolso de despesa	-	-	-	34	4.339	-
			-	20.918	(34.023)	34	56.253	(30.397)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	4.667	-	-	14.774	-
			-	4.667	-	-	14.774	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Juros sobre capital próprio	-	12.255	-	-	38.815	-
			-	12.255	-	-	38.815	-
521 Participações S.A.		Outros	15	-	-	15	-	-
			15	-	-	15	-	-
Performace Participações		Dividendos	-	-	-	-	1.305	-
			-	-	-	-	1.305	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	6.979	-	-	12.532	-
		Juros sobre capital próprio	-	574	-	-	3.143	-
			-	7.553	-	-	15.675	-

(a) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(b) Refere-se à contratos de mútuo da Neoenergia com suas controladas com a finalidade de disponibilizar recursos até a concretização de aportes de capital.

(c) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(d) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(e) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para os nove meses findos em 30 de setembro de 2012 é R$ 4.830 (R$ 3.537 em 30 de setembro de 2011) na controladora e no consolidado no montante de R$ 9.452 (R$ 7.918 em 30 de setembro de 2011), o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, o Grupo efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.

- Contas a receber de clientes e demais contas a receber - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações das controladas e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

  - ✓ O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão das controladas e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

  - ✓ Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) são considerados como item objeto de hedge econômico e estão contabilizado pelo custo amortizado.

  - ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela

taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para refinanciamento de dívida e financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge econômico e estão contabilizados pelo custo amortizado.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

  - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

  - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado,

exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora o Grupo faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

O Grupo não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Os valores consolidados contábeis e justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.589.964	3.589.964	4.074.308	4.074.308
Títulos e valores mobiliários	779.477	779.477	477.344	477.344
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	2.618.836	2.618.836	3.000.172	3.000.172
Fundos vinculados	50.473	50.473	75.075	75.075
Passivo				
Fornecedores	(997.483)	(997.483)	(870.046)	(870.046)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(364.371)	(364.371)	(372.471)	(372.471)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(4.656.848)	(4.656.848)	(4.469.146)	(4.469.146)
Debêntures em moeda nacional	(1.971.624)	(1.971.050)	(1.574.819)	(1.596.562)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(464.840)	(464.840)	(313.288)	(313.288)
Instrumentos financeiros derivativos	31.390	31.390	(30.294)	(30.294)

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

As operações de "hedge" são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas contabilizaram os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia e suas controladas foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

- Riscos financeiros

- ✓ Risco de variação cambial

  Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia e suas controladas, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2011, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Coelba – No trimestre findos em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 923 (R$ 39.871, resultado positivo em 30 de setembro de 2011).

Celpe - No trimestre findos em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 10.782 (R$ 14.456, resultado negativo em 30 de setembro de 2011).

Termopernambuco - Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda estrangeira Junto ao Banco Tokio, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 110,% da taxa DI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
2012	-17,27%	21.709	21.709
2011	-2,39%	209	209

- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
30/09/2012			
Ativos financeiros			
CDI	(94)	(11.982)	(11.982)
SELIC	(134)	(489)	(489)
Passivos financeiros			
CDI	(94)	16.894	16.894
TJLP	(12)	709	709
IGPM	334	(1.914)	(1.914)
30/09/2011			
Ativos financeiros			
CDI	24	8.773	8.773
SELIC	29	85	85
Passivos financeiros			
CDI	24	(5.124)	(5.124)
IGPM	48	(870)	(870)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo e suas controladas não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de

captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de setembro 2012 o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 4.258.124, sendo R$ 2.460.939 em fundos exclusivos e R$ 1.797.185 em outros ativos, além de R$ 111.317 de aplicações no longo prazo.

► Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

► Gestão do capital social

A Companhia e suas controladas promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RECEITA LÍQUIDA	7.671.626	6.528.394	1.043.238	956.325	20.061	22.224	447.071	317.733	20.812	15.531	(882.133)	(824.861)	8.320.675	7.015.346
CUSTO DO SERVIÇO	(5.685.642)	(4.523.031)	(596.456)	(493.975)	(5.497)	(7.105)	(409.053)	(313.770)	(13.981)	(10.065)	882.133	824.861	(5.828.496)	(4.523.085)
LUCRO BRUTO	**1.985.984**	**2.005.363**	**446.782**	**462.350**	**14.564**	**15.119**	**38.018**	**3.963**	**6.831**	**5.466**	**-**	**-**	**2.492.179**	**2.492.261**
Despesas com vendas	(534.312)	(337.389)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(534.312)	(337.389)
Despesas gerais e administrativas	(328.792)	(283.024)	(34.816)	(48.334)	(778)	(444)	(114)	(2)	(16.447)	(14.543)	1.300	364	(379.647)	(345.983)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(2.727)	3.234	-	-	2.852	1.223	846.748	1.099.503	(848.725)	(1.103.396)	(1.852)	564
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	(873)	(584)	-	-	-	-	(72.624)	(74.564)	-	-	(73.497)	(75.148)
IMPOSTOS	**1.122.880**	**1.384.950**	**408.366**	**416.666**	**13.786**	**14.675**	**40.756**	**5.184**	**764.508**	**1.015.862**	**(847.425)**	**(1.103.032)**	**1.502.871**	**1.734.305**
Receita financeira	343.062	371.286	54.214	37.762	2.351	3.036	6.133	2.098	200.011	251.392	(13.983)	-	591.788	665.574
Despesa financeira	(552.320)	(584.587)	(148.763)	(123.384)	(263)	(809)	(3.652)	(1.736)	(6.090)	(25.056)	26.091	5.619	(684.997)	(729.954)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**913.622**	**1.171.649**	**313.817**	**331.044**	**15.874**	**16.902**	**43.237**	**5.546**	**958.429**	**1.242.198**	**(835.317)**	**(1.097.413)**	**1.409.662**	**1.669.925**
Imposto de renda e contribuição social	(149.911)	(169.311)	(67.745)	(46.616)	(1.656)	(1.852)	(13.007)	581	(305)	(2.929)	-	-	(232.624)	(220.127)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**763.711**	**1.002.338**	**246.072**	**284.428**	**14.218**	**15.050**	**30.230**	**6.127**	**958.124**	**1.239.269**	**(835.317)**	**(1.097.413)**	**1.177.038**	**1.449.798**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.188)	(211.994)	(208.188)	(211.994)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**763.711**	**1.002.338**	**246.072**	**284.428**	**14.218**	**15.050**	**30.230**	**6.127**	**958.124**	**1.239.269**	**(1.043.505)**	**(1.309.407)**	**968.850**	**1.237.804**

34. REAJUSTE TARIFÁRIO

a) COELBA - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas homologadas pela ANEEL entraram em vigor em 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

b) CELPE - A ANEEL aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.

As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.

c) COSERN - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.279, de 18 de abril de 2012, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2012, fixou em 10,28% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 9,70% relativos ao reajuste tarifário anual e 0,58% aos componentes financeiros.

As tarifas homologadas pela ANEEL entraram em vigor em 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 6,43% sendo 6,05% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 7,35% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte).

35. SEGUROS

A Companhia e suas controladas têm a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual conforme mencionado anteriormente foi determinada unicamente pela administração da companhia e de suas controladas.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de setembro, foi publicada a Medida Provisória nº 579, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, dispondo sobre a prorrogação de concessões de geração, transmissão e distribuição e pela redução dos encargos setoriais com vistas a redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

Com a referida medida passou a ser possível a prorrogação das concessões alcançadas pelos artigos 17 e 19 da Lei nº 9074, de 1995, que estariam vencendo nos próximos anos, mediante a aceitação do atual concessionário de novas condicionantes com vistas a redução do preço de venda de energia e da receita anual permitida. As concessões das empresas do Grupo são posteriores a Lei nº 9074, de 1995, não sendo afetada por essa mudança.

Pela Medida também será encerrado, a partir de 2013, o recolhimento pelas distribuidoras dos encargos referente a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR, sendo passível de redução o atual recolhimento para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, em face de aporte anual de recursos do Tesouro Nacional

Os efeitos decorrentes dessas alterações serão considerados no calculo das tarifas aos consumidores finais de todas as concessionárias de distribuição, por meio de revisão tarifária extraordinária até 05 de fevereiro de 2013.